



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

A DIMENSÃO MATERIAL E VISUAL DE VILAS E CIDADES EM FONTES TEXTUAIS

DÉCIMAS URBANAS AND CENSUS THE MATERIAL AND VISUAL DIMENSION OF TOWNS AND CITIES IN TEXTUAL SOURCES

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno; Esdras Araujo Arraes;
Nádia Mendes de Moura; Diogo Fonseca Borsoi
Universidade de São Paulo
bpsbueno@gmail.com; esdrasarraes@gmail.com;
nadiammoura@yahoo.com.br; dfbfonseca@gmail.com

Resumo

A história das cidades brasileiras no período colonial, em grande medida, foi escrita a partir dos seus aspectos formais. As imagens de “abandono” e “desleixo”, cunhadas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936, 1948), motivaram gerações de pesquisadores a investigar a morfologia desses núcleos, buscando padrões de regularidade e ortogonalidade. Se muita atenção foi dada aos aspectos planimétricos, pouca ou nenhuma foi dada aos aspectos volumétricos e à materialidade enquanto fonte histórica. A dimensão material das relações sociais, com raras exceções, permaneceu em segundo plano, como simples cenário. Pouca atenção foi dada à sua dimensão potencializadora de novas relações sociais e, assim, ao mesmo tempo, produto e vetor em constante relação dialética. Visualizar a materialidade de núcleos históricos não é tarefa fácil, exige metodologia e instrumentos específicos mobilizados em perspectiva regressiva, envolvendo o entrecruzamento de documentação variada. Nos últimos anos, uma nova safra de estudos vem lançando luz em evidências empíricas que merecem debate por seu ineditismo e por conspirarem para uma necessária releitura da materialidade das cidades brasileiras coloniais, inclusive nas suas interfaces com o mundo rural envoltório. Valendo-se de fontes textuais com acentuada dimensão visual, espacializadas em cartografias regressivas por meio de novos aportes tecnológicos, inclusive o *SIG (Sistema de Informação Geográfica)*, esses estudos dão a ver o que de outra forma não se vê, com foco em índices materiais que informam sobre relações sociais e sobretudo sobre processos de acumulação desiguais de tempos, em perspectiva histórica de longa duração. A cidade discutida enquanto artefato, produto e vetor da ação humana, é assim um campo privilegiado de análise em História Urbana, tema do



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

presente artigo, que visa demonstrar alguns resultados interessantes e ainda inéditos nessa linha de investigação que estamos tendo o privilégio de constituir um grupo de pesquisa (BUENO, 2004, 2005, 2016; ANDRADE, 2012; ARRAES, 2017; BORSOI, 2013; BRAGHITTONI, 2015; KATO, 2011 e 2017; MOURA - tese em andamento). Numa espécie de *Arqueologia da Paisagem Urbana*, ensaiamos reconstituir a materialidade de cinco núcleos urbanos coloniais – São Paulo, Santos, Cunha, Vila Boa e Oeiras do Piauí– com vistas a detalhar nossa metodologia de pesquisa, apontando caminhos promissores para o campo disciplinar em debate no presente *Dossiê*.

Palavras-chaves

Cidades. Fontes textuais. Período colonial.

Abstract

*The history of Brazilian cities in the colonial period was written, to a large extent, based upon its formal aspects. Images of "abandonment" and "sloppiness" created by Sérgio Buarque de Holanda in his book *Raízes do Brasil* (1936, 1948) motivated generations of researchers to investigate the morphology of these cores, searching for patterns of regularity and geometry. If much attention was given to the planimetric aspects, little or none was paid to the volumetric aspects and materiality as a historical source. The material dimension of social relations, with rare exceptions, remained in the background as simple scenery. Little attention was also given to its capacity of encouraging new social relations, product and vector in a constant dialectical relation. Detecting the materiality of historical cores is not an easy task. It requires specific methodology and instruments to be mobilized in a regressive perspective, and involves the intertwining of varied documentation. In recent years, a new batch of studies has shed light on empirical evidence, which are worthy of debate for their novelty and for acting towards a necessary review of the materiality of Brazilian colonial cities, including their interfaces with the nearby rural world. Based on textual sources with an accentuated visual dimension, which have been spatialized in regressive cartographies by means of new technological contributions, including the GIS (Geographic Information System), these studies show what otherwise we could not be seen. They focus on material indexes that enlighten social relations and, above all, uneven processes of time accumulation, in a longer historical perspective. The city discussed as an artifact, product and vector of human action, is thus a privileged field of analysis in Urban History, theme of this article, which aims to demonstrate some interesting and yet-to-be-published results in this line*



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

of research, on which we are privileged to constitute a research group (BUENO, 2004; 2005, 2016; ANDRADE, 2012; ARRAES, 2017; BORSOI, 2013; BRAGHITTONI, 2015; KATO, 2011 and 2017; MOURA - thesis in progress). In a kind of Archeology of Urban Landscape, our intent is to reconstitute the materiality of five colonial urban centers - São Paulo, Santos, Cunha, Vila Boa and Oeiras of Piauí - with aim on detailing our research methodology, in order to point out some promising paths for the disciplinary field in debate in the present dossier.

Keywords

Cities. Colonial period. Textual sources.

Pioneiros no estudo da cidade como artefato, na perspectiva da Cultura Material

À exceção do capítulo “Sociabilidades Paulistanas” da tese de doutorado Paulo Garcez Marins (MARINS, 1999 e 2001) e do doutorado de Maria Luiza Ferreira de Oliveira (OLIVEIRA, 2003 e 2005) – convergentes na eleição dos inventários *post mortem* como principal fonte documental –, raros foram os estudos a utilizar-se das *Décimas Urbanas* e *Censos* na sua dimensão material para fins de História Urbana. Nessa linha de trabalho, a documentação fundiária - tanto dos *Arquivos das Cúrias Metropolitanas* quanto das instituições civis - mostraram-se pioneiramente profícuas nos estudos de Fania Fridman (FRIDMAN, 1999) e Maurício de Abreu (ABREU, 2010).

Na mesma direção, as *Décimas Urbanas* também mostraram-se especialmente oportunas desde o estudo de Nireu Cavalcanti (CAVALCANTI, 2004) para se analisar índices materiais de leitura de cidade, tais como a natureza dos imóveis - freguesia a freguesia, rua a rua, lote a lote -, tipologias edilícias, usos, proprietários, inquilinos e valores, sendo possível imaginar a geografia dos usos e usuários dos espaços em retrospectiva, mensurando índices de riqueza e pobreza numa espécie de “Geo-História” de matriz braudeliana.

Por fim, os *censos* ou *maços de população* também mostraram-se fundamentais para refinar o perfil social dos atores e suas ocupações, permitindo pensar em geografias sociais, pondo luz na cidade como campo de forças em constante tensão e negociação, permitindo pensar nas lógicas que presidiam a espacialização em diálogo com outros núcleos da rede urbana, e assim aquilatar quantitativa e qualitativamente o significado



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

dos espaços constitutivos do *intraurbano* e seu imediato *periurbano* (ANDRADE, 2003). Pioneiros, nesse sentido, são os estudos de Paulo Garcez Marins (MARINS, 1999 e 2001) e Pedro Vasconcelos (VASCONCELOS, 2010). O primeiro, descortinou uma série de tensões entre grupos urbanos que conformaram o traçado da cidade a despeito dos esforços de criação, regularização e manutenção de sua ortogonalidade original. Funcionários da câmara, governadores, engenheiros militares e outros agentes administrativos lusos foram atuantes no espaço urbano soteropolitano, mas, muitas vezes, viam suas ações contrariadas frente à ação dos cidadãos que se esquivavam e se assentavam de forma distinta daquela prevista. O autor aponta, portanto, uma cidade, de construção coletiva, envolvendo atores vários, o que relativiza a efetividade dos planos de controlá-la (MARINS, 2005, p. 246). Por sua vez, Vasconcelos analisa a complexidade racial e as ocupações em duas freguesias de Salvador em 1775, mostrando o quanto a cidade era conflituosa e complexa.

Essas fontes entrecruzadas e cartografadas vêm dando a ver a materialidade da paisagem urbana de certos núcleos em perspectiva de conjunto, numa espécie de *voo de pássaro*, fundamentando análises dos seus “índices de urbanização e urbanidade” (FONSECA, 2009), demonstrando *quem era quem* e os espaços produzidos pelo diversos atores – religiosos e laicos. Por outro lado, vêm revelando a interdependência entre os mundos urbano e rural mais do que parecia à primeira vista, o que nos permite reconceituar a noção de rede e de núcleo urbano no período colonial, ampliando o universo para além das já conhecidas cidades, vilas, capelas e freguesias. Permitem, igualmente, reconceituar a categoria “homens urbanos”, nela incluindo homens rurais cujas atividades vinculavam-se ao abastecimento de circuitos cidadãos. Nesse novo quadro historiográfico, campo-cidade mostram-se umbilicalmente interdependentes, em diversas escalas, local, regional, macrorregional e intercontinental, como veremos.

Estudos recentes sobre história econômica têm demonstrado que o mercado colonial era bem mais complexo, dinâmico e múltiplo, sendo o comércio atlântico entre a colônia e a metrópole apenas uma faceta do total das trocas que abrangia também o comércio entre Brasil e costa africana (ALENCASTRO, 2000) e, o que queremos frisar aqui, um mercado interno de abastecimento. Muito além de simples camponeses, pesquisas têm revelado que uma massa de senhores rurais, denominados nos censos como simples “lavradores” ou homens urbanos alcunhados de “negociantes”, participavam de negócios múltiplos, produzindo, transportando e comercializando o seu excedente, trazendo à baila, portanto, novos perfis de agentes responsáveis por essas



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

atividades (BORREGO, 2010; ARAÚJO, 2003 e 2006), agentes esses radicados na colônia, o que abre espaço para se pensar em uma acumulação endógena de capitais (FRAGOSO, 1998; FRAGOSO & FLORENTINO, 2001) – cujos efeitos também eram urbanizadores - e não só atendia ao abastecimento dos mercados europeus.

O que revelam as *Décimas Urbanas* no estudo de São Paulo e Santos

Ao espacializarmos os dados da *Décima Urbana*¹ (Imposto Predial) de 1809 da cidade de São Paulo, demonstramos os limites e as possibilidades de análise deste tipo de fonte, reconstituindo² hipoteticamente a materialidade da vila no “Mapa da cidade de São Paulo” (1844-1847), lote a lote, tecendo considerações sobre sua tessitura urbana, sobre as tipologias dos imóveis, sobre os usos dos espaços e indiretamente sobre seus proprietários e usuários. Com isso, exploramos as dinâmicas específicas do espaço intraurbano da São Paulo colonial, explicitando os agentes e os usos da materialidade urbana da cidade (BUENO, 2004, 2005 e 2016).

O estudo das *Décimas Urbanas* impõe certas limitações ao pesquisador. Trata-se de uma documentação manuscrita, espécie de listagem dos imóveis, rua a rua, lote a lote, portanto contendo uma dimensão visual e material escondida, velada, pouco perceptível ao leitor menos avisado.

O itinerário do responsável pela listagem nem sempre é objetivo e exige a formulação de hipóteses passíveis de equívocos para se reconstituir hipoteticamente a materialidade da cidade. No entanto, a espacialização dos dados, mesmo considerando-se as imprecisões, é fundamental para a apreciação das questões de outra forma inapreensíveis. Embora possamos ter errado no sequenciamento ou na identificação desse ou daquele imóvel, no geral, pudemos constatar a *sociotopografia* (LE GOFF, 1992) (a paisagem social e material) de cada rua, de cada área da cidade, percebendo as tipologias dominantes, as áreas mais e menos valorizadas, mapeando os principais proprietários e verificando a existência de um aquecido mercado imobiliário rentista relacionado aos usos predominantes, algo inexplorado pela historiografia sobre História Urbana colonial até então.

¹ Imposto Predial, estabelecido para as cidades brasileiras a partir de 1808, envolvia a taxação dos bens de raiz à exceção dos que pertenciam à Santa Casa de Misericórdia.

² Para fins de georreferenciamento das informações por meio do SIG (Sistema de Informação Geo-Histórica) nos valem do *know-how* da *Seção Técnica de Geoinformação e Produção de Bases Digitais* (antigo *Cesad*), FAU-USP e do apoio dos bolsistas de IC, Marcos Calixto Rios (FAPESP) e Marina Gonçalves Marques (CNPq/PIBIC).



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Quando comparamos os dados estatísticos relativos ao velho tecido urbano da cidade de São Paulo e seu mercado imobiliário no início do século XIX, com os dados referentes à megalópole do século XXI, surpreende-nos a dinâmica de seu processo de urbanização. A mancha urbanizada correspondente à Região Metropolitana de São Paulo e seus 39 municípios circunscrevia os limites (o “Termo”) do município em suas origens. O que hoje chamamos de “centro histórico” correspondeu, do século XVI ao último quartel do XIX, à área efetivamente urbanizada da cidade. A antiga Freguesia da Sé oscilava em torno de sete mil habitantes em princípios dos oitocentos e o município em torno de 24 mil habitantes. Hoje, a área do município abriga um total de doze milhões de pessoas e a Região Metropolitana gira em torno dos dezoito milhões. Nossa memória não alcança aspectos significativos do espaço intraurbano em suas origens. Recuemos no tempo, portanto, para caracterizá-lo.

Podemos afirmar que o perímetro urbano da capital paulista se constrangeu de 1554 a c. 1870 na estreita colina ladeada pelos rios Anhangabaú e Tamaduateí, com pouquíssimas ramificações na várzea, compondo-se de um total de 34 ruas (“Boa Vista, S. Bento, Jogo da Bolla, da Bua [sic], do Comércio, Cadea, Carmo, Caxoeira, Cemiterio, Direita, Esperança, S. Efigenia, da Freira, das Flores, São Francisco ao Jogo da Bolla, S. Gonçalo, Guacû, do Hospital, de S. Jozé, S. João, Lorena, Luz, Ouvidor, Príncipe, Pombal, Piques, Quartéis, Rozário a Boa Vista, Rego, Sé, Sé para S. Thereza, Tabatinguera, S. Thereza, Tanque”), treze travessas (“do Bexiga, da Boa Vista, Cazinhas, Comércio, Cemiterio, do Collegio, S. Efigenia, Fundação, da Lapa, do Principe, do Pombal, dos Quartéis e de S. Thereza”), um beco (“Beco do Barbas”) e quatro largos (“Largo da Sé, Largo do Collegio, Largo de São Gonçalo e Largo do Bexiga”).

No perímetro urbano envolvendo as Freguesias da Sé e Santa Ifigênia, 1.281 imóveis foram inventariados para fins de tributação da Décima, dos quais 81,64% estavam concentrados nas mãos de leigos e 18,27% nas mãos das ordens religiosas, das irmandades e dos padres seculares.

São Paulo era uma cidade predominantemente térrea (**figura 1**). Dos 1.211 imóveis cadastrados no item tipologia, apenas 161 eram sobrados (159 de um andar; um de dois andares e um de três andares), totalizando 13,29% do conjunto do casario. As 1.047 edificações restantes eram casas térreas, correspondendo a 86,45% do tecido urbano.

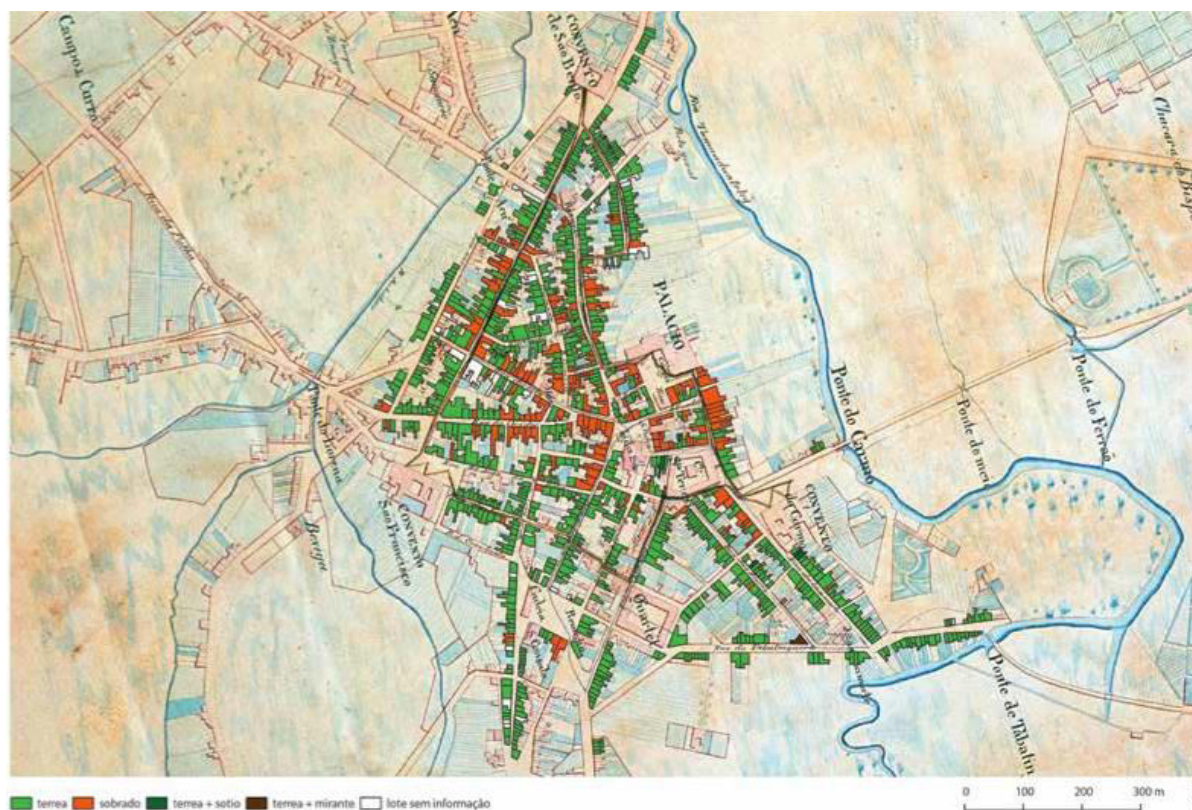


Figura 1 - São Paulo (1809), Tipologias Predominantes – São Paulo era uma cidade predominantemente térrea. Dos 1211 imóveis cadastrados na categoria tipologia da Décima Urbana de 1 809, apenas 161 eram sobrados (159 de um andar; um de dois andares e um de três andares), totalizando 13,29% do conjunto do casario. As 1 047 edificações restantes eram casas térreas, correspondendo a 86,45% do tecido urbano. Comparativamente à Prancha III, vê-se que os sobrados se concentravam nos largos e ruas de uso misto relacionados ao comércio – largos da Sé e do Palácio, rua Direita, Rosário, São Bento, Comércio e Ouvidor –, correspondendo aos imóveis mais valorizados da cidade. Exceção era a rua de Santa Teresa (atual Roberto Simonsen), com sobrados exclusivamente residenciais. Prancha elaborada por Beatriz Bueno, sobre a base cartográfica *Mappa da Cidade de São Paulo*, do engenheiro Carlos Bresser, 1844-1847 (BNRJ).

Quanto à destinação, dos 1.269 imóveis arrolados nesse item (**figura 2**), 638 (50,27%) eram de aluguel, 462 (36,40%) de uso próprio, 44 (3,46%) encontravam-se “cedidos de favor”, 68 (5,35%) estavam “fechados”, 41 (3,23%) estavam *em obras* e quinze (1,18%) não foram taxados por serem considerados “insignificantes”,

“arruinados” ou por estarem “em conserto”. Nesse aspecto, era o potencial locatício anual o orientador do valor atribuído ao imóvel para fins de taxação dos 10% da Décima, num mercado imobiliário de base rentista como este.

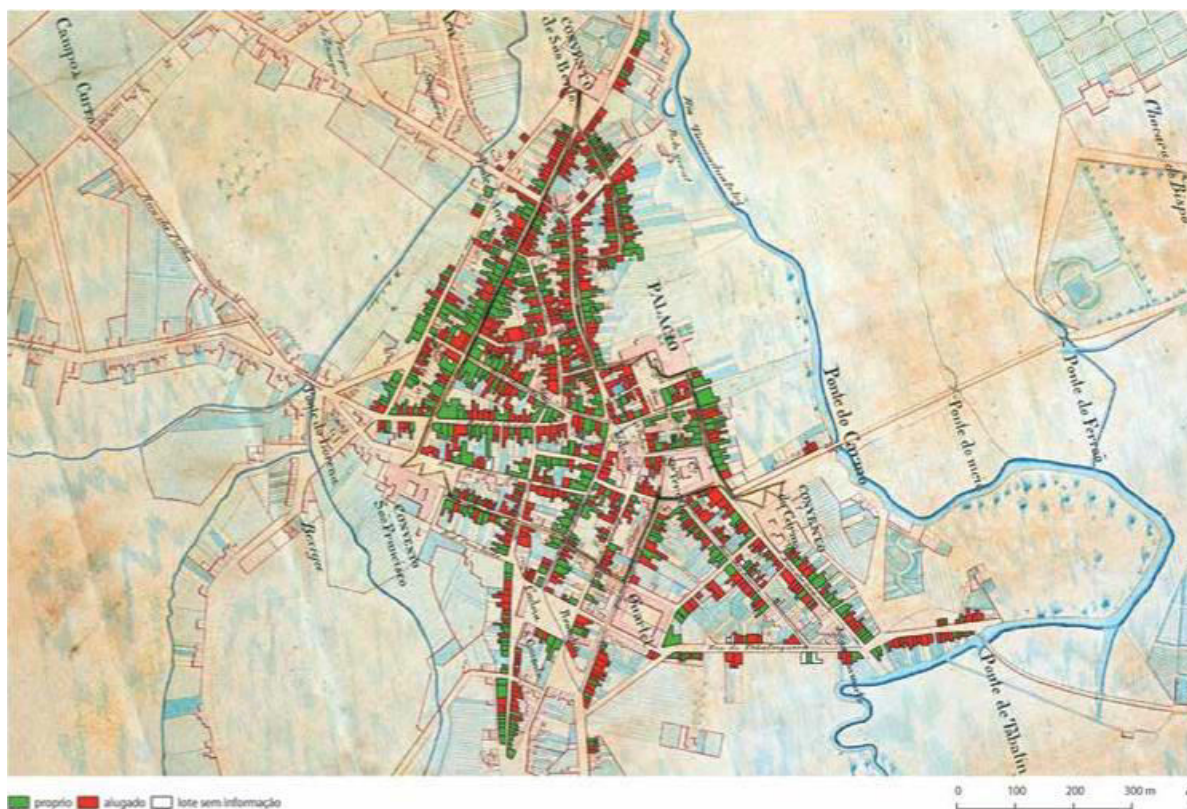


Figura 2 - São Paulo (1809), finalidade dos imóveis. Vê-se que a metade dos imóveis da capital destinava-se à renda de aluguel. Prancha elaborada por Beatriz Bueno, sobre a base cartográfica *Mappa da Cidade de São Paulo*, do engenheiro Carlos Bresser, 1844-1847 (BNRJ).

Quanto aos usos, 86,78% do tecido urbano era composto de imóveis residenciais, 2,14% exclusivamente comerciais e 10,90% de uso misto. Ou seja, de um total de 1.211 imóveis cadastrados nessa categoria, 1.051 eram residenciais, 26 comerciais e 132 de uso misto (**figura 3**).

Como antes frisado, São Paulo, em 1809, era uma cidade predominantemente térrea, residencial e com boa parte de seus imóveis destinados à renda de aluguel. Tratava-se de uma cidade concentrada e com espaços pouco especializados, na qual as principais funções urbanas – residência, comércio, serviços, administração civil e

instituições religiosas – mesclavam-se numa mesma área.

Embora estrangida na “colina histórica” com espaços pouco especializados, naquele início do século XIX São Paulo apresentava áreas mais e menos valorizadas em termos imobiliários. Espécie de esquema centrípeto, as zonas mais caras eram aquelas junto aos largos da Sé, largo do Palácio (atual Pátio do Colégio) e ruas de uso misto a eles contíguas, concentrando o comércio da cidade e os sobrados.

Os imóveis mais caros encontravam-se situados nas ruas do Carmo esquina com S. Teresa, do Comércio, na Travessa das Casinhas, rua do Rosário, rua Direita, rua de São Bento, rua do Ouvidor e rua da Boa Vista.

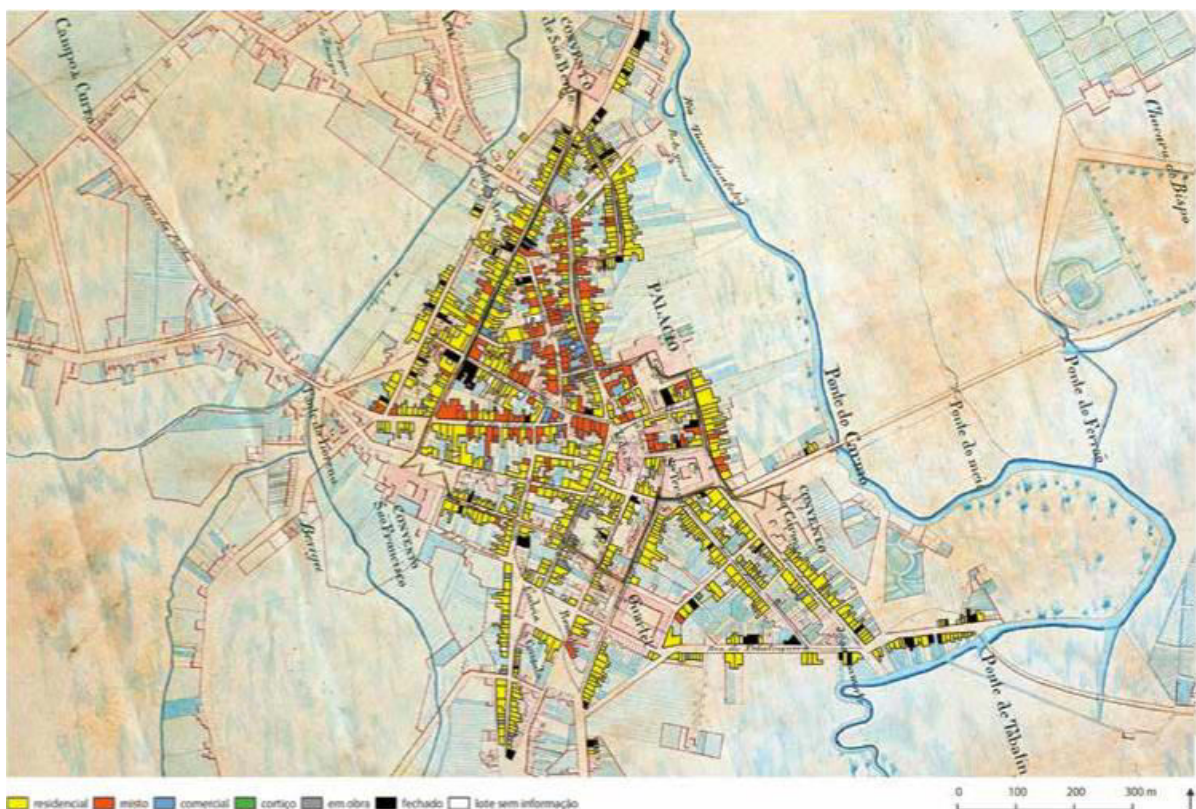


Figura 3 - São Paulo (1809), Usos – Quanto aos usos, 86,78% do tecido urbano era composto de imóveis residenciais, 2,14% exclusivamente comerciais e 10,90% de uso misto. Ou seja, de um total de 1 211 imóveis cadastrados nessa categoria, 1 051 eram residenciais, 26 comerciais e 132 de uso misto. Como se pode notar, raras eram as edificações exclusivamente comerciais. As ruas de uso misto concentravam os sobrados e correspondiam às áreas mais valorizadas. Os imóveis mais baratos eram moradas térreas e ficavam nas adjacências da cidade, junto das várzeas ou

além rios Anhangabaú e Tamandateí. Prancha elaborada por Beatriz Bueno, sobre a base cartográfica *Mappa da Cidade de São Paulo*, do engenheiro Carlos Bresser, 1844-1847 (BNRJ).

Em contrapartida, os imóveis mais baratos ficavam junto das várzeas ou além rios. Na rua do Piques oscilavam entre 1\$440rs e 1\$200rs; na rua de Santa Ifigênia também; na rua da Luz 1\$200rs; nas ruas do Rego, da “Caxoeira” e do Tanque (junto ao “Tanque do Zuniga”, na Freguesia de S. Ifigênia), variavam de 1\$000 até \$120rs (**figura 4**).

Havia uma concentração de sobrados nas ruas Direita, do Ouvidor, do Comércio, do Rosário, de São Bento, de Santa Teresa, no largo da Sé e no largo do Colégio, tratando-se da área nobre da cidade. À exceção da rua de Santa Teresa, predominantemente residencial, as demais supracitadas caracterizavam-se por um conjunto significativo de imóveis de uso misto ou exclusivamente comerciais. Nas extremidades, distribuía-se um casario térreo e residencial.

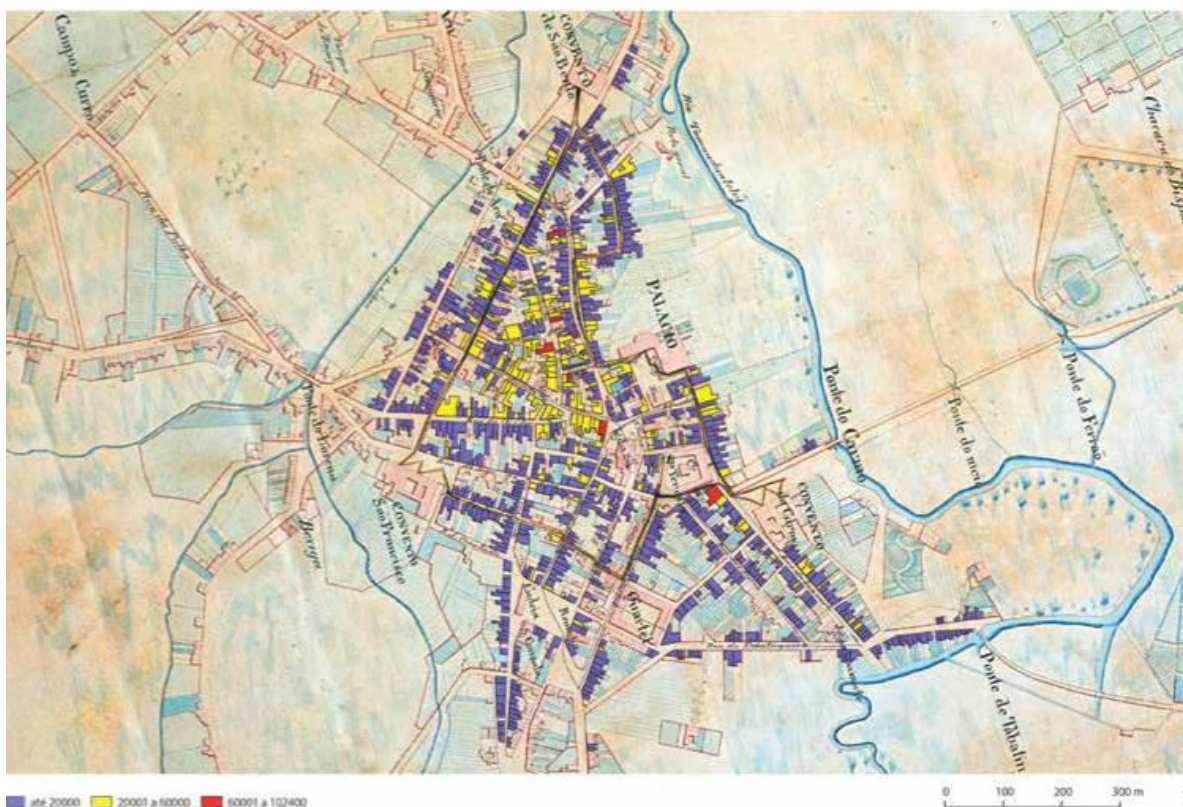


Figura 4 - Valores dos Imóveis. Prancha elaborada por Beatriz Bueno, sobre a base cartográfica *Mappa da Cidade de São Paulo*, do engenheiro Carlos Bresser, 1844-1847(BNRJ).

Dos 748 proprietários registrados, o Mosteiro de São Bento possuía 61 imóveis; o dr. Antonio Soares Calheiros, 24; o Convento do Carmo, 22; o coronel Jozé Arouche de Toledo, dezoito; o Recolhimento de Santa Tereza, quinze; a Irmandade de São Gonçalo, catorze; o capitão Manuel da Luz Tralhão e o capitão Antonio Alvarez dos Reis, treze; o capitão Gabriel Jozé Roiz, onze; a Câmara de São Paulo, d. Mariana Fortes e Jozé Antonio da Silva Paulista, dez; a Irmandade do Rosário dos Pretos, nove; o coronel Anastácio de Freitas Trancozo, oito; o coronel Luiz Antonio de Souza, o coronel Jozé Vaz de Carvalho, Dionizio Ereopagita e o reverendo Ignácio Francisco de Moraes, sete imóveis. Dos demais proprietários, seis possuíam seis imóveis; dez dispunham de cinco imóveis; dezenove detinham quatro imóveis; 34 eram proprietários de três imóveis e 86 de até dois imóveis.

Assim, dos 748 proprietários arrolados, apenas 3,2% (24) detinha cerca de 25% (302 imóveis) dos 1.281 inventariados, configurando uma enorme concentração de prédios urbanos nas mãos de poucos (**figuras 5 e 6**). Um total de 173 proprietários tinha mais de dois imóveis e 575 apenas um imóvel. Nem sempre quantidade significava qualidade. Os vinte proprietários com mais capital investido em imóveis na cidade de São Paulo, em 1809, nem sempre eram os detentores da maior quantidade de unidades. A localização mais central, junto às ruas comerciais ou à Sé, garantia melhores preços aos imóveis.



(c) Urt



Figura 5 - Proprietários com maior Patrimônio Imobiliário Urbano. Entre os proprietários com maior patrimônio imobiliário urbano em 1809, destacam-se o Mosteiro de São Bento (com 61 imóveis), os coronéis Jozé Arouche de Toledo (com dezoito), Luiz Antonio de Souza (com sete), Joaquim Jozé dos Santos (com cinco) e outros ricos comerciantes da cidade. Vê-se que quantidade nem sempre significava qualidade e os 61 imóveis pertencentes aos beneditinos correspondiam, em geral, a moradas de porta e janela junto do Mosteiro. Prancha elaborada por Beatriz Bueno, sobre a base cartográfica *Mappa da Cidade de São Paulo*, do engenheiro Carlos Bresser, 1844-1847 (BNRJ).

Rua Direita

Lado Esquerdo

- n.1 Guarda-mor Vicente Ferreira de Oliveira (S/PM) 615440
- n.2 Reverendo Bartolomeu Pereira Mendes (S/A/M) 508000
- n.3 Joaquim José de Oliveira (S/PM) 385400
- n.4 Capitão Gabriel Fernandes Cardeiro (S/PM) 385400
- n.5 Falcão Mestre de Campo Marechal de Oliveira Cardoso (S/A/M) 485000
- n.6 Mosteiro de S. Bento (S/A/M) 578000
- n.7 Convento do Carmo (T/A/C) 245000
- n.8 Capitão José Pinto Teves (S/PM) 305720
- n.9 Manuel Joaquim de Vasconcelos (T/P/C) 265880
- n.10 Coronel Joaquim José dos Santos -pai do Barão de Papetzinga (S/PR) 395400
- n.11 Reverendo Francisco de Goddes Coelho (S/A/M) 245000
- n.12 Capitão Antonio Bernardo Bueno da Veiga ("Terra") 195200
- n.13 Convento do Carmo (T/A/R) 245000
- n.14 Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (S/A/R) 305720
- n.15 Reverendo Joaquim Mariano do Amaral Gurgel (T/A/R) 265880
- n.16 Anna Francisca de Oliveira e Joaquina Maria da Luz (sem obras)
- n.17 Recolhimento de S. Terеза (T/A/R)
- n.18 Manuel da Costa Cardoso (T/P/R) 135440
- n.19 Reverendo Antônio Teixeira Leão (T/A/T) 328000
- n.20 Anna Domingues, Ignácia Fria, Maria Joaquina, Gertrudes Domingues, Anna Joaquina (T/PR) 195000
- n.21 Capelão-mor José Francisco de Sales (S/PR) 195200
- n.22 D. Guarnides Maria Veloso (T/PR) 115520
- n.23 Coronel Joaquim José Pinto de Moraes Leme (armadas)
- n.24 Coronel Joaquim José dos Santos -pai do Barão de Papetzinga (T/A/T)
- n.25 Reverendo Antônio Roliz Vilares (T/PR) 135440

Lado Direito

- n.26 Coronel Francisco Xavier dos Santos (T/A/R) 75680
- n.27 Idem (T/A/R) 195200
- n.28 Mosteiro de S. Bento (T/A/R) 115520
- n.29 Feliciano Maria (T/PR) 75680
- n.30 Convento do Carmo (T/A/R) 105720
- n.31 Coronel José Vaz de Carvalho (S/PM) 485000
- n.32 Idem (T/A/R) 155360
- n.33 Gertrudes Maria do Rosário (T/PR) 115520
- n.34 Reverendo Cônego Manuel Lescura Banher (S/PR) 265880
- n.35 Coronel José Vaz de Carvalho (T/A/R) 205000
- n.36 Capelão José Noveas Dias (S/PR) 215120
- n.37 Dr. Manuel Estreito (S/A) 265680
- n.38 Tenente Coronel Francisco José de Sampaio (S/A/M) 305720
- n.39 Capitão Manuel Araújo Ferraz (S/A/M) 235040
- n.40 Capitão João Gomes Guimarães (S/PM) 255920
- n.41 Mosteiro de S. Bento (T/A/R) 195200
- n.42 Manuel Gonçalves dos Santos (T/PR) 235040
- n.43 Tenente Coronel Francisco de Souza (S/PM) 255920
- n.44 Joaquim José de Oliveira (T/A/R) ?
- n.45 Coronel José Manuel da Silva Barão de Tietê (S/PR) 245800
- T. Fames. S. Sobrado; A. Alguai; P. Uzo Próprio; R. Residência; C. Comercial; M. Mistio

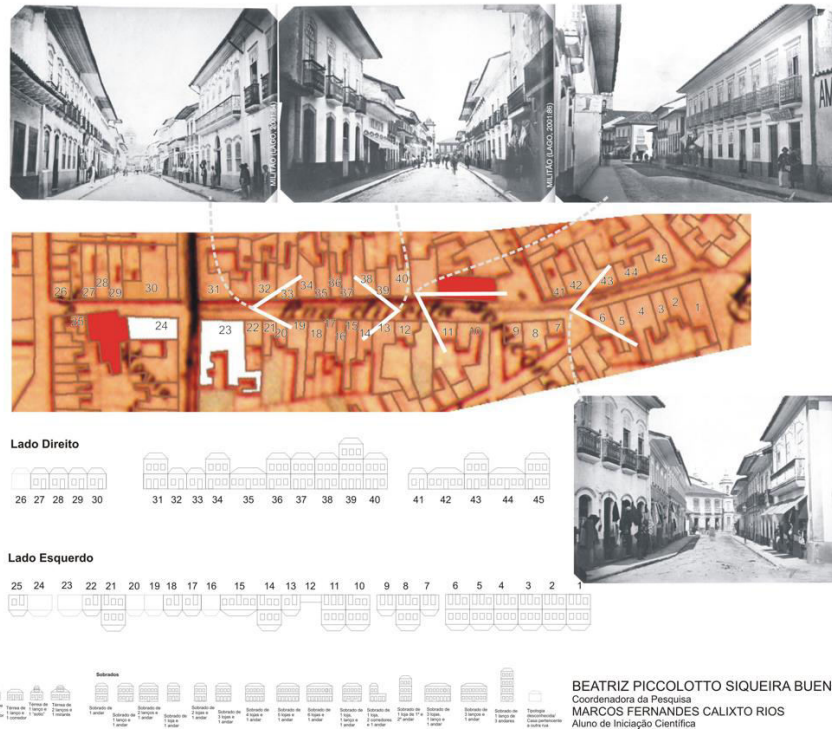


Figura 6 – Espacialização dos dados referente à rua Direita. Imagem elaborada por Beatriz Bueno e Marcos Fernandes Calixto Rios.

Allan Kato (KATO, 2017), em sua tese de doutorado, comparou as *Décimas Urbanas* de 1809 e 1929 de São Paulo e percebeu as dinâmicas de transformação da cidade num período em que parecia estagnada, isolada e pobre. Mostrou alteamento e reformas no casario; mostrou crescimento especialmente na direção da freguesia de Santa Ifigênia, esclareceu oscilações no potencial locativo; indicou variação no patrimônio imobiliário de certos atores; aprofundou o perfil social e de investimento dos maiores proprietários de imóveis na cidade, analisando seu comportamento no espaço urbano e no periurbano e suas articulações com *negócios* em escala macrorregional e



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

intercontinental, evidenciando tratar-se de *negócios* no plural, sendo o investimento em imóveis urbanos apenas um deles.

Essa metodologia-piloto foi depois aplicada ao caso de Santos, com base nas *Décimas* de 1834-1835, 1835-1836, 1836-1837 e 1837-1838 (BUENO, 2008 e 2016).

São Paulo e Santos estiveram profundamente ligadas desde suas origens. Em princípios do século XIX, Santos era o entreposto de todos os produtos de exportação e importação das províncias de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Açúcar, aguardente, café, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, milho, mate, toucinho, banha, vitelas, porcos, galinhas, couros meio curtidos, couros de boi, couros finos, anil, polvilho, salitre, fumo, cordame, madeiras de construção, tecidos de algodão, fio de algodão, azeite de peixe, barbatanas, mulas e cavalos eram os principais produtos de exportação por via marítima. Em sentido inverso, até 1844 – data da inauguração da *Estrada da Maioridade* –, ferro, sal, fazendas secas e vinhos, subiam serra acima, no lombo de mulas, via *Calçada do Lorena*.

Em 1839-1847, Santos tinha 959 prédios, dos quais 223 foram excluídos de lançamento por estarem *desabitados* ou parcialmente *desocupados* (154); *em obras* (51); *isentos* (propriedades da Santa Casa) (sete); ou por serem *pardieiros* (onze).

Em 1839, por ocasião da elevação à categoria de cidade, Santos apresentava 22 ruas, quatro travessas, um beco e uma praça (Pátio da Matriz). O limite da cidade era demarcado pela atual rua de São Bento (do mar aos morros); daí costeando estes, até o Itororó; daí, pela rua S. Francisco até a praça José Bonifácio (lado das ruas Senador Feijó e Amador Bueno); e em seguida, pelas ruas Braz Cubas, João Pessoa e Constituição até o Cais.

De uso misto, a rua Direita era a mais valorizada da cidade. Em geral se destacavam moradias de pessoas ilustres, mas nos fundos de uma casa da rua Direita (nº 53), por exemplo, pertencente a João da Costa Carvalho (marido de D. Genebra, ex-esposa do Brig. Luiz Antônio), localizava-se também um *Armazém de Sal*.

Na rua Direita verificamos a presença de proprietários renomados: herdeiros de Francisco Ignácio (nº 4, valor 36\$000 rs); João Octávio Nébias (nº 7, 400\$000 rs); d. Emereciana Nébias (nº 8, 300\$000 rs), Cypriano da Silva Proost (nº 23, 300\$000 rs); Manoel de Alvarenga Braga (nº 30, alugado); Joaquim José dos Santos (nº 45, 480\$000 rs) (**figura 7**). O imóvel mais caro da rua, e conseqüentemente da cidade, pertencia ao Barão de Itapetininga. Homônimo do pai, o coronel Joaquim Jozé dos Santos (negociante de escravos), o futuro Barão de Itapetininga (1877) figurava entre os “empresários”

paulistas mais prósperos da segunda metade dos oitocentos. Era apontado em todos os *Almanaques* do período como “proprietário e capitalista” e suas receitas provinham de aluguéis, fazendas de café, escravos e empréstimo de dinheiro a juros. A casa da rua Direita, no Porto de Santos, certamente atesta seus vínculos com o comércio internacional e nacional.

Mapa dos mais importantes proprietários de imóveis urbanos de Santos, em 1838

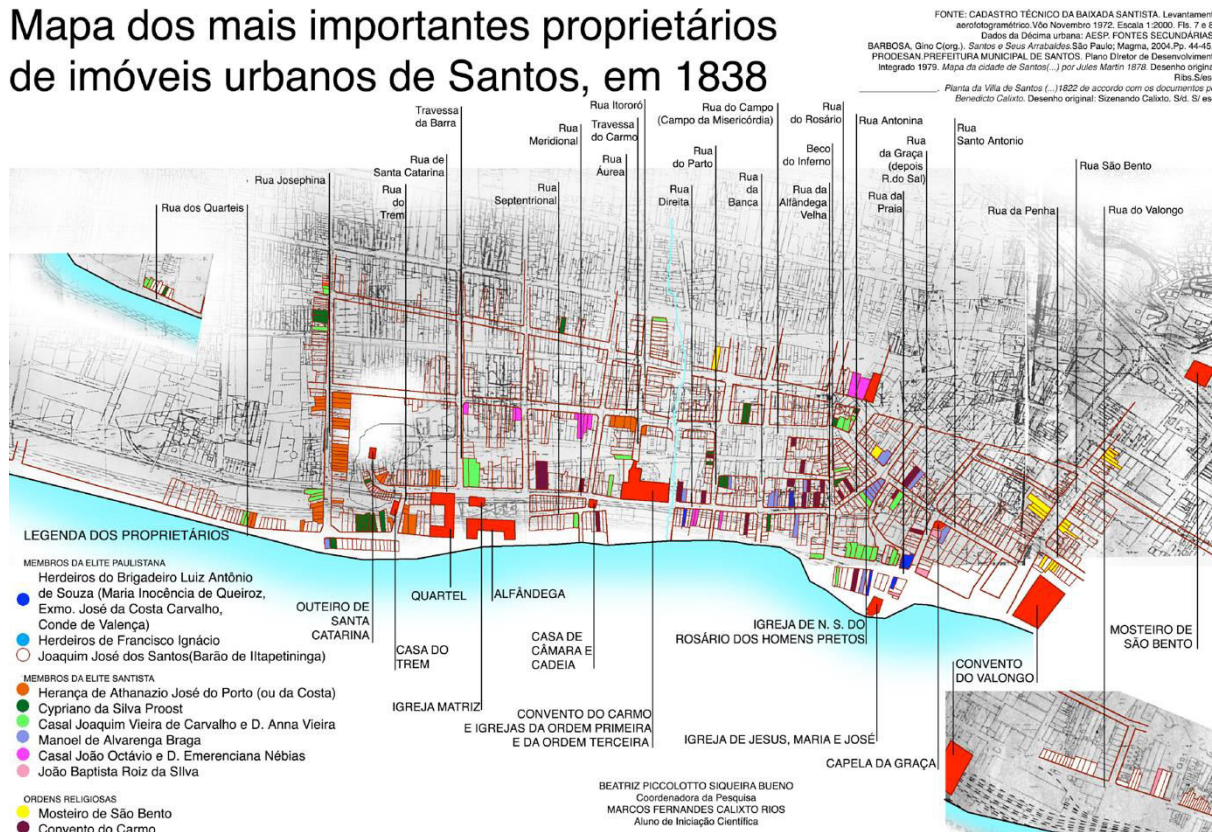


Figura 7 – Espacialização dos mais importantes proprietários de imóveis urbanos de Santos (1838). Produção de Beatriz Bueno. Fonte – Cadastro Técnico da Baixada Santista. Levantamento aerofotogramétrico. Voo novembro de 1972. Escala 1:2000. Fls. 7 e 8. Dados da Décima Urbana: AESP. Fontes Secundárias: BARBOSA, Gino C. (org.). *Santos e seus arrabaldes*. São Paulo: Magma, 2014. pp. 44-45. Plano Diretor de Desenvolvimento, 1979. Mapa da cidade de Santos por Jules Martin 1838. Planta da villa de Santos...1822 de acordo com os documentos por Benedito Calixto.

O comércio também coexistia com residências nas ruas Meridional e Septentrional, localizando-se, por exemplo, no nº 54 da segunda, um *armazém de açúcar* em imóvel pertencente a João do Monte.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

No lado oposto, na zona do Valongo, o comércio concentrava-se nas ruas Antonina, Santo Antonio e na rua da Graça. Nesta última, depois chamada de rua do Sal, no nº 9, havia em 1838 um armazém de depósitos, pertencente a João Baptista Ruiz da Silva. Na rua Itororó, nº 13 – propriedade de Francisco Manoel do Sacramento – e na rua Branca, nº 24 – propriedade de Antonio Jozé Vianna – havia “*cazorios que abriga a tropeiros*”, prováveis estalagens para os viajantes que subiam e desciam a Serra do Mar levando e trazendo mercadorias para o porto.

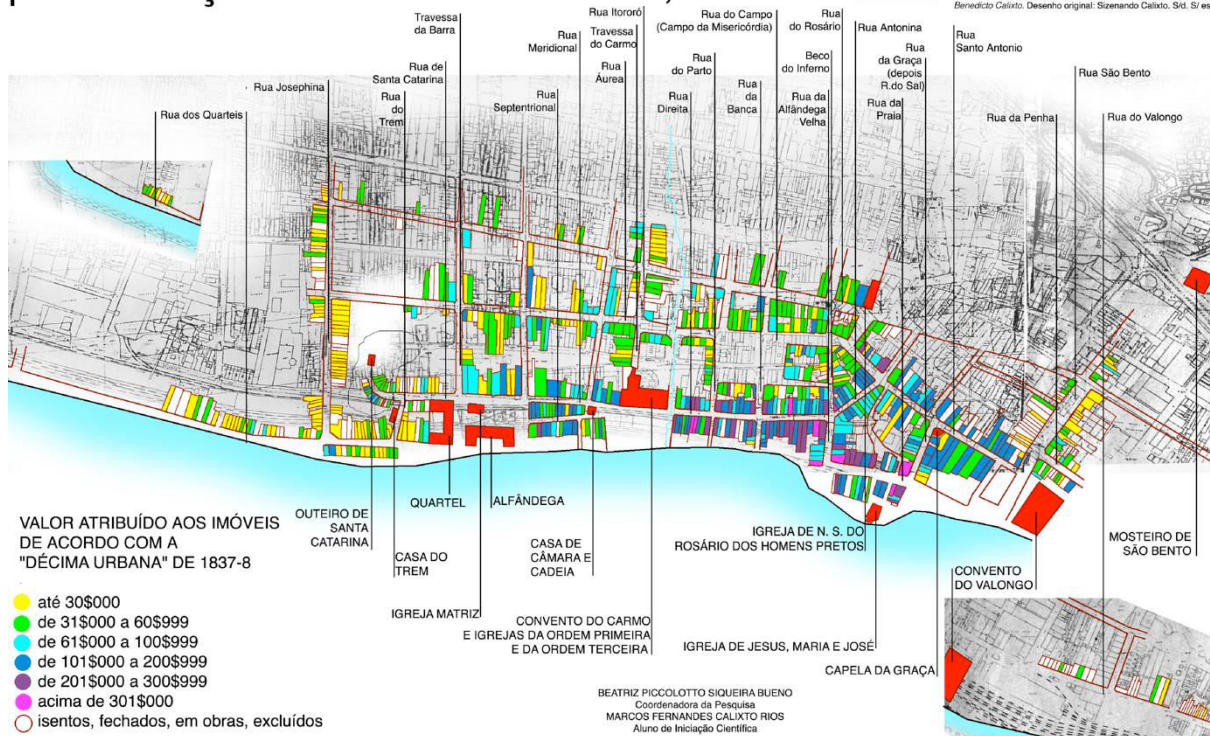
Tão caros quanto os da rua Direita eram os imóveis da rua da Praia, pertencentes a prováveis ilustres negociantes e comerciantes santistas e paulistanos. Na rua da Praia: nº 1, Manoel Pereira dos Santos; nº 2, Joaquim José Vieira de Carvalho; nº 3, Antonio Vianna; nº 4, Ordem Terceira de S. Francisco; nº 5, Joaquim José Vieira de Carvalho; nº 6, Convento do Carmo; nº 7, Manoel J. de Freitas Leitão; nº 8, Manuel de Alvarenga Braga; nº 9, Jozé Aires; nº 10, d. Maria de Queirós; nº 11, Luís Fernandes; nº 12, Joaquim Teixeira Coelho; nº 13, exmo. Costa Carvalho (360\$000 rs); nº 14, Conde de Valença (379\$000 rs); nºs 15 e 16, d. Anna Vieira; nºs 17 e 18, Manoel Joaquim Soares; nº 19, Joaquim José Vieira de Carvalho; nºs 20, 21, 21, 23, d. Anna Vieira; nº 24, Barnabé Francisco Vaz de Carvalho (**figura 8**).

Destes proprietários, o capitão-tenente Joaquim José Vieira de Carvalho desempenhava também o cargo de presidente da Câmara Municipal de Santos que, em 1839, compunha-se de outros cinco membros: João Baptista Roiz da Silva, Manoel Pereira dos Santos, Manoel Ignacio da Silva, João Octavio Nébias e Joaquim José do Carmo.

O imóvel mais caro da rua da Praia pertencia ao Exmo. José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre, em 1841) – 13º presidente da província de São Paulo. Nascido em Salvador (BA), em 1796, e falecido em São Paulo, em 1860, formou-se na Universidade de Coimbra em ciências jurídicas e sociais, transferindo-se para São Paulo, onde se estabeleceu como comerciante de *fazendas secas*, à rua do Ouvidor, em 1822. Anos mais tarde, casou-se com a viúva do brigadeiro Luiz Antonio – d. Genebra de Barros Leite –, tornando-se membro de uma das famílias de maior projeção e dinheiro da província.

Segundo a *Décima* de 1834, os herdeiros do brigadeiro Luiz Antonio dispunham do imóvel de nº 16 da rua da Praia, vendido para d. Anna Vieira, pois assim comparece na *Décima* de 1838. Seu inventário, datado de 1819, atesta um total de quatro imóveis nesta rua, assim como o anterior, comercializado por seus herdeiros (Arquivo Aguirra –

Valor atribuído aos imóveis em Santos para dedução da "Décima Urbana", em 1838



Museu Paulista – USP.

Figura 8 – Valor atribuídos aos imóveis em Santos para dedução da Décima urbana, em 1838. Fonte - CADASTRO TÉCNICO DA BAIXADA SANTISTA. Levantamento aerofotogramétrico. Vôo Novembro 1972. Escala 1 :2000. Fls. 7 e 8. ^[1]Dados da Décima urbana: AESP. FONTES SECUNDÁRIAS: ^[2]BARBOSA, Gino C. (org.). Santos e seus Arrabaldes. São Paulo, Magma, 2004, pp. 44-45. PRODESAN. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado 1979. Mapa da cidade de Santos(...) por Jules Martin 1878. Desenho original: Ribs.S/esc. Planta da Villa de Santos (...)1822 de acordo com os documentos por Benedicto Calixto. Desenho original: Sizenando Calixto. S/d. S/esc.

Esta senhora e seu provável marido – o capitão-tenente Joaquim José Vieira de Carvalho –, dispunham de um belo sobrado de esquina e uma série de imóveis listados em seus nomes nesta altura da rua da Praia. Juntos, totalizavam 22 imóveis – ele sete (seis alugados) e ela quinze (doze alugados), configurando uma das maiores fortunas imobiliárias da cidade.

No início do século XIX, os terrenos à beira-mar – sítos à rua da Alfândega Velha



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

– passaram a ser objeto de intensas disputas de negociantes que pretendiam ali construir seus trapiches. Trapiches eram *piers* de madeira onde os navios ancoravam, geralmente vinculados a armazéns próximos.

Da oligarquia santista, destacam-se entre os maiores proprietários de imóveis urbanos os herdeiros de Athanazio J. do Porto (ou da Costa), com 45 prédios, e Cypriano da Silva Proost, com 29 imóveis, 27 alugados. Acreditamos que Cypriano residisse no imóvel da r. Direita, nº 23, um dos mais caros da cidade. Além deles, Manoel de Alvarenga Braga, com dezessete imóveis (quatro na rua Direita, todos alugados; quatro na rua de Santo Antonio e um na rua da Praia), e o casal Nébias – d. Emereciana Nébias, com seis imóveis e João Octávio Nébias com nove –, este último, presidente da província de São Paulo de 30 de setembro de 1852 a 1º de dezembro de 1852.

Dos ricos proprietários de escravos, prováveis traficantes, apenas um apresentava imóveis urbanos, a saber: João Teixeira Chaves – rua de Santo Antonio, nº 14 (1834) e rua de Santo Antonio, nº 13 (1838) (provavelmente, tratava-se do mesmo prédio, com numerações diferentes).

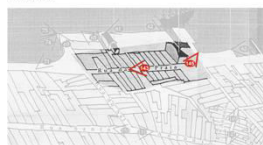
Em Santos, em 1834, entre as ordens religiosas e irmandades, destacavam-se: os beneditinos com 48 imóveis e os carmelitas, com 25 imóveis. A Irmandade do Santíssimo Sacramento possuía onze imóveis; a Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos, sete; a Ordem Terceira de São Francisco, cinco; a Ordem Terceira do Carmo, quatro; a Irmandade do Rosário dos Brancos, três; a Irmandade dos Passos, dois; a Irmandade do Amparo, dois; a Irmandade de N. S. das Dores, dois; a Irmandade de S. Benedito, um único imóvel – todos alugados. Não observamos alterações substantivas até 1838-1839.

As fotografias de Militão Augusto de Azevedo (década de 1860) dão uma ideia da feição de Santos no Império. Por detrás das fachadas, destacamos os proprietários dos imóveis, tal como fizemos para o caso de São Paulo (**figura 9**). Procuramos também espacializar as informações fornecidas pela Décima Urbana de 1838 no mapa de 1972, evidenciando, por meio das figuras 7 e 8, três aspectos significativos: os maiores proprietários, a geografia dos alugueis e dos valores.

Rua da Praia

LISTA DE PROPRIETÁRIOS

Manoel Pereira dos Santos
 Joaquim José Vieira
 Antonio Vianna
 Ordem 3ª de S. Francisco
 Joaquim José Vieira
 Convento do Carmo
 Manoel J. de Freitas Leitão
 Manoel de Alvarenga Braga
 José Aires
 D. Maria de Queirós
 Luis Fernandes
 Joaquim Teixeira Coelho
 Exmo. Costa Carvalho (3605000rs)
 Conde de Valença
 D. Anna Vieira
 Idem
 Manoel Joaquim Soares
 Idem
 Joaquim José Vieira
 D. Anna Vieira
 Idem
 Idem
 Barnabé Francisco Vaz de Carvalho
 Fonte: AESP



BARBOSA, Gino; MEDEIROS, Marjorie; FERRAZ DE LIMA, Solange; CARVALHO, Vânia (org.). *Santos e seus arrabaldes: Álbum de Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo, Magma, 2004. pp. 44-45.

BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO
 Coordenadora de Pesquisa
 MARCOS FERNANDES CALIXTO RIOS
 Apoio de Iniciação Científica



Figura 9 – Rua da Praia e lista dos proprietários dos seus imóveis. Fonte: AESP. As Fotos de Militão de Santos foram retiradas de BARBOSA, Gino; MEDEIROS, Marjorie; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia (org.). *Santos e seus arrabaldes: álbum de Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo, Magma, 2004. pp. 44-45-

Verificamos que as ruas com imóveis mais valorizados concentravam as residências da oligarquia (rua Direita) mescladas a estabelecimentos comerciais. Obviamente, a zona portuária (ruas do Sal e da Praia) e a zona comercial (ruas de S. Antonio e Antonina) destacam-se com os imóveis mais caros e as ruas do Rosário e São Bento com os imóveis mais baratos da cidade.

Uma Vila de entremeios: Cunha entre vilas de Serra acima e os portos da marinha

Por outro lado, para analisar a relação entre os universos rural e urbano, o caminho utilizado foi cotejar documentos diversos, entre os quais, destacamos as fontes cartográficas³, os *Maços de População*⁴ e as *Décimas Urbanas*⁵, elegendo o caso de

³ Refirimo-nos aqui, principalmente aos mapas MONTEZINHOS, Antônio Rodrigues. **Mapa Corográfico da Capitania de S. Paulo**. 1791-1792. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. *in*: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. Anais do museu paulista. vol.17 n.2. São Paulo: Jul/Dec. 2009. p.271; SOARES, Diogo; CAPASSI, Domingos. **Carta 9º da Costa do Brazildezde a Barra de Santos athe a da Marambaya**. *in* BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. Anais do museu paulista. vol.17 n.2. São Paulo: Jul/Dec. 2009. p.267.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Cunha como recorte operacional. Acerca das primeiras, uma análise detalhada e comparada dos mapas disponíveis da Capitania de São Paulo revelou que existiam diversos sinais gráficos desconhecidos pela historiografia e quando relacionados com a bibliografia referente aos caminhos que cruzavam aquele território, constatou-se que se tratavam de pousos, registros, portos, sítios, povoados, capelas, freguesias e bairros rurais, ou seja, a rede urbana configurava-se muito mais complexa e múltipla do que se pensava. Esses documentos expuseram, portanto, que o núcleo urbano colonial não era composto apenas pelo "bairro da vila"⁶ mas também abrangia várias povoações e zonas rurais dependentes administrativamente do núcleo principal (FONSECA, 2011, p.28), acrescido de todos os demais pontos supracitados. Dentre eles, destacamos os *bairros rurais*. As tropas de ordenança – uma das companhias militares lusas - tinham uma hierarquia de cargos que obedecia uma base geográfica: os territórios eram divididos administrativamente e essa divisão, muitas vezes, foi registrada nos *Maços de população*, listas nominativas que, por vezes, guardam informações detalhadas sobre características socioeconômicas de cada domicílio ali residente. A reconstituição dessa base é a chave para compreender o intraurbano e o periurbano das vilas (BACELLAR, 2008, p.128). A partir desses dados, lançamos mão das *Décimas Urbanas* que guardam informações sobre a materialidade do "bairro da vila", tais como o endereço, número de "lanços"⁷, quantidade de pavimentos e valor médio do imóvel.

Relacionar, dessa maneira, *Maços*, *Décimas* e a *cartografia histórica* permite-nos uma visão de conjunto dos imóveis que compunham uma determinada vila, juntamente das pessoas que o habitavam, suas atividades econômicas e políticas. Com essa documentação é possível acompanhar as relações entre campo e vila, precisar seus agentes e, principalmente, entender como se comportava material e sociotopograficamente (LE GOFF, 1992) uma vila à medida que seus agentes se inseriam, em maior ou menor grau, na rede urbana da colônia. Atrelados a isso, os documentos cartográficos são representações gráficas, fragmentadas e capilarizadas

⁴ Maços de População da Vila de São Luís do Paraitinga. Anos: 1774 a 1822 e da Vila de Cunha. Anos: 1789, 1791, 1799, 1801 e 1809.

⁵ Refiro-me aqui às *Décimas Urbanas* 1809, 1811, 1814, 1815, 1816, 1817 da Vila de Cunha e arquivadas no MUSEU MUNICIPAL FRANCISCO VELOSO - Cunha -SP e das *Décimas Urbanas* de 1840 de São Luís do Paraitinga, cujo microfilme está arquivado no Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (FFLCH-USP)

⁶ O termo é utilizado nos *Maços de População* para designar a Esquadra da Companhia de Ordenança de Cunha-SP que correspondia ao núcleo urbano.

⁷ Extensão das fachadas das casas.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

dessa rede que, quando trabalhados em conjunto, permitem traçar interpretações sobre a realidade sócio-espacial da colônia em diversas escalas.

A vila de Cunha (**figura 10**) surgiu de entremeio entre o litoral e o vale do Paraíba, como resultado do fluxo do chamado “Caminho Velho” para as Minas e, com o declínio delas, reorganizou-se para abastecer o Rio de Janeiro que passava por mudanças significativas entre a transferência do vice-reinado do Estado do Brasil (1763) e a chegada da família Real (1808). A rede de caminhos que cruzavam a região estava na essência do povoado. No *Maço de População* da vila Guaratinguetá de 1776⁸, encontramos a descrição dos habitantes da antiga freguesia do Facão, futura vila de Cunha. Com esses dados, espacializamos o conjunto de todos os domicílios por esquadra⁹, totalizando 8, dispersos ao longo da Serra do Mar (BORSOI, 2013, p.90). A primeira constatação é que eles tinham diferenças significativas quanto a quantidade e especificação da produção. Interessante notar é que, anos depois, no momento da criação da vila de Cunha (1785)¹⁰, a maioria dos assinantes do termo, que conseguimos identificar, localizavam-se nas esquadras mais ricas e, por seu turno, configuravam-se detentores da maior produção, bem como participantes de cargos nas tropas militares de Guaratinguetá¹¹.

⁸ APESP. Maços de População Guaratinguetá de 1776.

⁹ Divisão administrativa das tropas de Ordenança. Cada *bairro*, ou conjunto de *bairros* próximos, era organizado em Esquadras e chefiado por um Cabo que, por sua vez, dirigia 25 soldados.

¹⁰ Auto de Ereção da Vila de Cunha. APESP, Ofícios ordem 997, Caixa 202.

¹¹ José Gomes de Siqueira, por exemplo, foi assinante do *Auto de Ereção da vila*. Em 1776, com apenas 22 anos declarou ser “Tenente de Cavalos” e casado com Ana Jacinta Galvão de França, suas rendas advinham “de seu negócio” e possuía 11 escravos. Em 1789, José declarou ser “Capitão da Cavalaria Auxiliar”, morador do “Bairro da Vila” e ter um sítio, no qual possuía uma produção de 700 alqueires de milho, 40 de feijão, 30 cabeças de porcos e 10 cabeças de gado vacum, juntamente com 20 escravos, não fazendo menção ao seu negócio. Em 1799, muda sua produção para cana de açúcar. Com 24 escravos, José declara ser “Senhor de Engenho”, produzindo 10 arrobas de açúcar, uma pipa de aguardente que ficaram “na terra”, bem como 6 alqueires de milho, 2 de feijão, 20 cabeças de gado, 4 cavalos e 12 capados, que, segundo o declarante, eram utilizados em casa. No Maço de 1801, responde ao recenseador é sua esposa, Ana Jacinta, que declara ter “um sítio com uma engenhoca” e produzir 40 alqueires de milho, 20 de feijão e possuir 5 bestas e cavalos. O dito Capitão declara também, em 1789, possuir 2 casas na vila e na Décima Urbana de 1809 é declarada apenas como uma casa em seu nome. Ele foi o chefe do grupo que fez a cobrança do imposto da Décima neste ano. José, e os demais participantes da Junta, avaliaram sua casa em 7\$680 réis de rendimento anual, maior que o valor médio da vila. Tratava-se de um imóvel “terre[o] na frente” e “sobrado para os fundos”, de dois lanços, que se localizava na rua Direita, nº.17, em seu lado direito.



Figura 10 – Fotografia de Cunha na primeira metade do século XX, com indicação dos principais logradouros e edifícios. Fonte: Museu Municipal Francisco Veloso (MMFV).

Esse ponto é importante, pois ajuda a pensar a relação entre os potentados locais e a constituição da vila. O caso de Cunha aponta que ela não era resultado de uma ação unilateral das instâncias mais altas da Coroa portuguesa. No momento de sua criação, foram recrutados membros da antiga freguesia para referendar a nova criação e que, posteriormente, seriam preferidos para os cargos administrativos que a instituição de uma vila criava. Esses membros, por um lado, contribuiriam para o controle e fiscalização coloniais em uma nova sede de vila e, de outro, se valiam desses cargos, por onde suas decisões poderiam ser referendadas, podendo, inclusive, construir canais de comunicação com outras instâncias de poder. À medida que essas famílias se viam prejudicadas com os rumos político-econômicos da Capitania, nota-se uma maior aproximação desses membros com a administração local e, conseqüentemente, a construção de uma casa na vila. (BORSOI, 2013, p.217).

A vila de Cunha serviu para compreendermos que aquele casario das últimas décadas da colônia cumpria diversos papéis político-econômicos a partir da maior ou menor inserção dos seus agentes nas redes urbanas da Colônia. Nesse período, a



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

América portuguesa passou por uma série de transformações, entre elas, um aumento populacional significativo e, embora, cerca de 80% dessa população ainda residisse em áreas rurais, houve crescimento de diversos centros urbanos tais como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo. Em grande medida ligados a uma economia de exportação, esses centros urbanos, de maior monta, foram responsáveis por gerar um mercado interno de produção de alimentos e, conseqüente, comércio de gêneros coloniais e internacionais (SCHWARTZ, 2001, p. 139). Isso conformou outros territórios e vilas que se inseriam diferentemente na rede e, da mesma forma, produziu uma materialidade e uma sociotopografia proporcional – como Cunha.

Cunha especializou-se no abastecimento do Rio de Janeiro, especialmente do toucinho, principal produto produzido na região. Dos 118 imóveis indexados na *Décima* de 1809, 83 estavam localizados no *Bairro da Vila* e 35 no *Rocio*, permitindo-nos caracterizar o espaço urbano e o periurbano envoltório. Cunha contava com apenas 3 sobrados e com 28 casas assobradadas (térrea de um lado e com dois andares do outro), apresentando, assim, 52 casas térreas no perímetro urbano e 33 no *Rocio* (BORSOI, 2013, p. 218-219). Do total, 26 estavam em mau estado (BORSOI, 2013, p. 224), especialmente no *Rocio* (**figura 11**).

Curiosamente, pelos dados arrolados, foi possível saber quem residia, quem alugava e quem “só morava quando vinha a vila” (BORSOI, 2013, p. 225-226). Havia imóveis que ficavam sazonalmente vazios, pertencentes a “agricultores” que só os habitavam quando vinham à vila e que foram identificados como detentores de sesmarias nos arrabaldes onde cultivavam milho e criavam porcos destinados ao preparo do toucinho, possuindo mais de uma dezena de escravos (alguns chegando a 30 escravos). Homens urbanos dedicados ao mercado de abastecimento, muitas vezes também envolvidos com o transporte das mercadorias para o Rio de Janeiro (**figura 12**).

Isso permitiu repensar as categorias “homem rural” e “homem urbano”, pensando-as mais interdependentes, tal como vimos na cidade de São Paulo no mesmo período.



Figura 11 – Tipologia dos imóveis da vila de Cunha. Planta produzida por Diogo Borsoi.

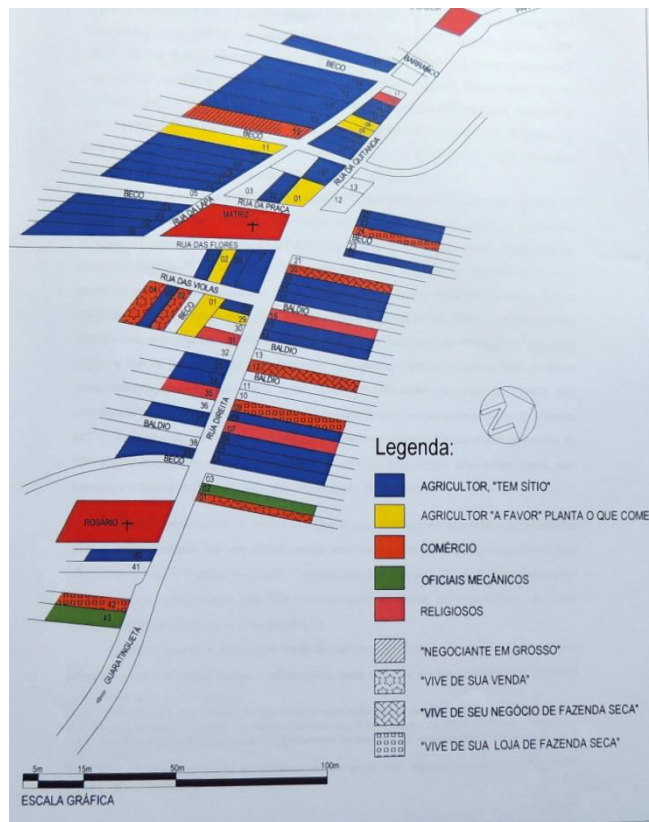


Figura 12 – Atividades dos proprietários na vila de Cunha. Desenho elaborado por Diogo Borsoi.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Reconstrução Urbana de Vila Boa no século XVIII

A capitania de Goiás estabelecia comunicação direta com São Paulo, sobretudo os julgados do sul como o de Santa Cruz, Meia Ponte, Pilar, Santa Luzia e o Julgado de Vila Boa. Inserida nessa trama urbana, o estudo de Vila Boa revela outras particularidades do processo de urbanização no período colonial que merecem análise em perspectiva comparada de conjunto.

A elevação de arraiais ao *status* de vila na capitania de Goiás não estava entre as resoluções das políticas Pombalinas, que naquela região tinha suas atenções voltadas à defesa do território na porção oeste da colônia. Se por um lado a Capitania de Goiás atravessou a passagem do século XVIII – XIX com apenas uma vila em seu território, por outro lado, a capitania vizinha de Mato Grosso¹² virou o século com quatro vilas – com atenção especial à Vila Bela da Santíssima Trindade, a sede do poder da capitania, localizada próxima ao limite dos domínios portugueses às margens do Rio Guaporé.

Por mais que a capitania de Goiás estivesse em um ponto estratégico central em relação às outras capitanias da colônia e gozasse de um considerável nível de urbanização, próprio das regiões mineradoras, foi apenas no século XIX que se deu a criação de duas novas vilas durante o período colonial. Naquele momento, a mineração não estava entre os critérios para a escolha das novas vilas. O enfoque era outro: o incentivo à navegação dos rios Tocantins e Araguaia e seus afluentes¹³, reforçando o aquecimento comercial com as capitanias ao norte (sobretudo com o Pará, uma vez que a comunicação com a Praça da Bahia era ativa), e fortalecendo outras atividades econômicas como a criação de gado¹⁴.

Em relação à Vila Boa, única vila da capitania de Goiás na passagem do século, sua origem remonta aos tempos iniciais de extração aurífera quando ainda estava vinculada à capitania de São Paulo. Antes de ser conhecida como Vila Boa, o arraial de

¹² Cujá ocupação inicial portuguesa também foi marcada pela extração mineral.

¹³ Caso da Vila de São João das Duas Barras, criada em 1809 para ser a sede da recém-criada Comarca Norte. A vila foi implantada próximo à confluência dos Rios Araguaia e Tocantins, no extremo norte da capitania na divisa com o Pará. No entanto o núcleo não vingou pois de acordo com Cunha Mattos (1979, p. 115) sua localização estratégica atendia mais sob a ótica militar que em relação aos benefícios comerciais, por essa razão “ninguém se propôs ir povoá-la”.

¹⁴ Caso da Vila de São João da Palma, implantada em 1815 no povoado de barra da Palma. Como o próprio nome aponta, a nova vila estava às margens do Rio Palma no ponto em que se unia com o Rio Paranã (atual nome do município) e adiante desembocava no Rio Tocantins. A região abrigava fazendas de gado desde o século XVIII e gozava de implantação privilegiada visando a comunicação por vias fluviais com o Pará.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Santana já ocupava as duas margens do Rio Vermelho, tendo as capelas de Nossa Senhora de Santana e de Nossa Senhora do Rosário como os principais polos de agregação dessa população emergente, que vinha em busca do ouro.

Assim como era recorrente nos arraiais que vieram na crista da onda da mineração, a sua ocupação urbana inicial se dava de forma espontânea¹⁵. Sobre o caráter vernacular da urbanização mineradora nos primeiros momentos de ocupação da capitania de Minas Gerais, Claudia Damasceno Fonseca (2001, p. 769) resgata a conceituação da palavra “arraial” ainda no século XVIII. Analisando seu significado no *Diccionario da Lingoa Portuguesa*, publicado em Lisboa pela Academia Real das Ciências de Lisboa no ano de 1793, o verbete aponta que *arraial* significava “exército posto em campanha, ou sítio em que está postado debaixo de barracas (...); alojamento de qualquer corpo volante de gente (...)”. Dessa reflexão que fez do termo, Fonseca seguiu seu raciocínio apontando que foi Saint-Hilaire quem constatou, ainda no século XIX, que o termo “arraial” era empregado sobretudo nas regiões mineradoras. Dizia que a palavra significava um “lugar de acampamento” – ação que os primeiros mineiros fizeram e que, devido à quantidade de minérios encontrados, se fixavam no local ou seguiam em busca de novos veios.

Com o passar do tempo e o sucesso na extração do ouro, a atividade comercial ficava cada vez mais movimentada, as roças de subsistência se consolidavam e a criação de animais tomava outras proporções. A instalação de novas capelas, juntamente com as estradas de acesso ao emergente arraial, trabalhava como importantes agentes modeladores de crescimento, guiando os vetores de expansão urbana. Com a elevação do arraial de Santana à Vila Boa, o núcleo passou a receber determinações no que tange ao ordenamento urbano, definindo inclusive a área a ser implantada a nova vila em um sítio “que parecer mais saudavel e com provimento de boa agoa e lenha perto de algum Arrayal que se ache já estabelecido para que os moradores dele possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a Villa”. Outras questões formais foram tratadas nessa norma régia, como a definição do lugar apropriado para a instalação do Pelourinho

¹⁵ Posição compartilhada por Paulo Bertran (1987) e Gustavo Neiva Coelho (2001), entretanto esse pensamento vai na contramão do defendido por Deusa Boaventura (2007, p. 28 e 29), que situa a Capitania de Goiás inserida desde os primeiros momentos numa política maior da MetrÓpole relacionada ao contexto expansionista. É certo que a Capitania de Goiás se localizava em posição geográfica de destaque na colônia, ligando o litoral ao sertão e as capitanias do sul ao norte, entretanto vale lembrar que a exploração do ouro em Cuiabá havia se dado antes da extração aurífera no atual território goiano, e o acesso a oeste nos primeiros anos se dava por meio das monções que partiam do Rio Tietê.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

e da Casa de Câmara e Cadeia, além de questões quanto ao alinhamento das ruas e determinações estéticas referentes às fachadas dos imóveis, para se manter a “mesma *formozura* da terra”¹⁶. Com a instalação da Câmara, a atuação dos arruadores passou a ser mais constante, sobretudo na única vila das Minas de Goyaz. A elevação do arraial à vila se deu em 1736, entretanto sua instalação ocorreu apenas 3 anos depois, no governo de D. Luis de Mascarenhas, o Conde D’Alva. A capitania de Goiás viria a se tornar autônoma apenas em 1748 e Vila Boa passou a ser a sua sede administrativa.

Ao analisar a iconografia do século XVIII composta por plantas e prospectos, percebe-se a ocupação de Vila Boa até meados do século em duas *repartições*¹⁷, a do Rosário e a de Santana – separadas pelo Rio Vermelho e unidas por duas pontes, além de uma terceira ponte situada no fim da rua da Cambaúba, que ligava Vila Boa à estrada que conduzia à Meia Ponte (Pirenópolis). Esses dois distritos, assim como o grande largo que abrigava a Casa de Câmara e Cadeia foram registrados numa série de três *Prospectos* de Vila Boa tomados em 1751 (**ver figuras 13,14 e 15**). Retratando cenários importantes do núcleo urbano, os prospectos de autoria desconhecida apresentam em suas legendas a indicação dos principais edifícios de Vila Boa, assim como assinala a residência de moradores importantes naquela época, sobretudo na Praça Principal, ou Praça do Palácio¹⁸.

¹⁶ Conferir *PROVISÃO (cópia) do rei D. João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, conde de Sarzedas, ordenando-lhe que passe às Minas de Goiás e nelas determine o lugar mais adequado para a criação de uma vila* – 11 de fevereiro de 1736. AUH_ACL_CU_008, Cx. 1, D. 26.

¹⁷ Termo empregado na Décima Urbana de Vila Boa de 1818. Na Décima Urbana de 1810 foi utilizado o termo *Distrito* para diferenciar a ocupação de cada uma das margens urbanizadas do Rio Vermelho. Arquivo Muban – Fundo Brasil Colônia – 1. Contadoria. 1.1. Impostos. 1.1.4. Décima. Caixas 22 e 23.

¹⁸ Denominação conforme estava identificada na *Planta de Vila Boa* de 1782, o que corresponde atualmente à Praça do Coreto. Na Décima Urbana de 1810 o mesmo logradouro foi identificado como Largo da Matriz.



Figura 13 – Prospecto de Villa Boa tomado da parte do Norte para o Sul anno de 1751.

Fonte: Casa da Ínsua, Portugal.

Sinalizando em primeiro plano no *Prospecto de Villa Boa tomado da parte do Norte para o Sul anno de 1751* (**figura 13**), o Largo do Rosário em 1751 era marcado pela predominância de imóveis comerciais próximos à capela de Nossa Senhora do Rosário dos pretos. Esses imóveis, todos térreos e cobertos com telha cerâmica, se caracterizavam por sua implantação parede-meia, cuja presença de portas se sobressaíam em relação às janelas. A vocação comercial do largo e da rua que seguia em direção à Ponte da Lapa em meados do Setecentos é reforçada com a presença da extinta Capela de Nossa Senhora da Lapa¹⁹ às margens do Rio Vermelho, que sediava a irmandade de devoção à santa dos mercadores. De acordo com a *Planta de Villa Boa Capital da Capitania Geral de Goyas levantada no ano de 1782* (**figura 17**), o nome dessa via era rua dos Mercadores²⁰. Estendendo o olhar no plano seguinte, se destacava na paisagem a Igreja Matriz de Santana por sua monumentalidade. No mesmo largo da Matriz foi assinalado o conjunto de casas que compunham a *Rezidencia do General*,

¹⁹ A capela rodou com enchente que assolou a cidade de Goiás em 1839. As fundações da edificação ficaram expostas novamente em outra grande enchente ocorrida na virada do ano 2001 para 2002, poucos meses após a cidade de Goiás ser declarada como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

²⁰ Atual rua Dom Cândido.

atualmente conhecido como Palácio Conde dos Arcos²¹. Em último plano o destaque vai para a pequena Capela da Nossa Senhora da Boa Morte, implantada em sua localização primitiva, ao lado da Cadeia e da Casa de Câmara.



Figura 14 – Prospecto de Villa Boa tomado da parte do Sul para o Norte no anno de 1751.

Fonte: Casa da Ínsua, Portugal.

Do outro lado do rio, o *Prospecto de Villa Boa tomado da parte do Sul para o Norte no anno de 1751 (figura 14)* tem como destaque em último plano a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos em sua configuração original, com fachada frontal simples ladeada por duas torres sineiras. Ainda no Largo do Rosário esquina com a rua da Cambaúba, o prospecto destaca a residência do Capitão de Dragões (casa nº 2), o que comprova que a ocupação no largo não era exclusividade de imóveis com uso comercial, embora fosse predominante. A vocação comercial dos imóveis seguia na continuação da rua dos Mercadores na outra margem do Rio Vermelho, basta analisar as feições das casas, notadamente de uso misto – o número de janelas se equiparava à quantidade de

²¹ O palácio leva esse nome em homenagem ao primeiro governador a residir na capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha, futuro Conde dos Arcos. Seu mandato durou 6 anos, de 1749 até 1755.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

portas. O caráter é reforçado com o nome da rua, conforme assinalado no *Prospecto de 1751*: rua Direita do Negócio²².

O uso residencial, entretanto, dominava as casas na Praça Principal (ou Largo da Matriz), com predomínio de janelas com fechamento em rótulas em detrimento de portas. As rótulas, como se sabe, permitiam a entrada da luz do dia e ventilação no interior das casas, conservando a intimidade dos moradores dos olhares indiscretos que vinham de fora²³. O largo em meados do século XVIII era ocupado por figuras ilustres, por comportar as casas do Capitão-mor da vila (casa nº 4), do Fiscal da Intendência Antonio Luiz (casa nº 5), do Escrivão da Ouvidoria (casa nº 8) e do Capitão Francisco Pereyra Pinto (casa nº 12). Junto a essa vizinhança estava o Ferrador da Tropa (casa nº 6) e outros moradores cujas ocupações e títulos não foram revelados, caso de Domingos Lopes Fogaça (casa nº 10), Manoel de Souza Oliveira (casa nº 9) e João Lopes Zedes (casa nº 7).

Apresentando outro cenário, o *Prospecto de Villa Boa tomado da parte do Esnoroeste para Les Sueste no anno de 1751 (figura 15)* revela a parte menos adensada do núcleo urbano naquela época, que corresponde ao atual Largo do Chafariz. No lugar do Chafariz se encontrava a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, que anos mais tarde fora demolida e construída uma nova igreja de evocação à santa próxima ao Palácio e à Igreja Matriz. Logo adiante, em uma edificação térrea se encontrava o conjunto composto pela Casa de Câmara e Cadeia, seguido por um Passo de Nosso Senhor dos Passos. No outro lado do largo se concentravam o Quartel dos Dragões e a Casa da Real Intendência. O largo, caracterizado por abrigar importantes equipamentos e ser o *locus* do poder local, ainda estava pouco ocupado, mesmo depois de 10 anos de implantação da vila. O adensamento da região primitiva do arraial e a não ocupação da região estabelecida para a vila gerou preocupação por parte do Ouvidor Geral da Capitania e Corregedor Especial da Câmara de Vila Boa em 1749, que ordenou que as novas casas fossem edificadas na “parte da Vila e do Pelourinho e casa da Câmara della, e que os mais se impediriam e que sendo preciso demandarão demolir a quem intentasse nova edificação para a parte do Rosário como já se havia proibido” (*apud* BERTRAN, 1997, p. 50). Novamente, a Matriz foi ilustrada com proporções monumentais, mesmo que a sua frente estivesse voltada para outro largo.

²² Atual rua Moretti Foggia.

²³ As casas com rótulas foram registradas no século seguinte no largo por John Burchell, que lá esteve em 1828. Com o passar dos séculos, foram todas substituídas por janelas de guilhotina com caixilhos de vidro.

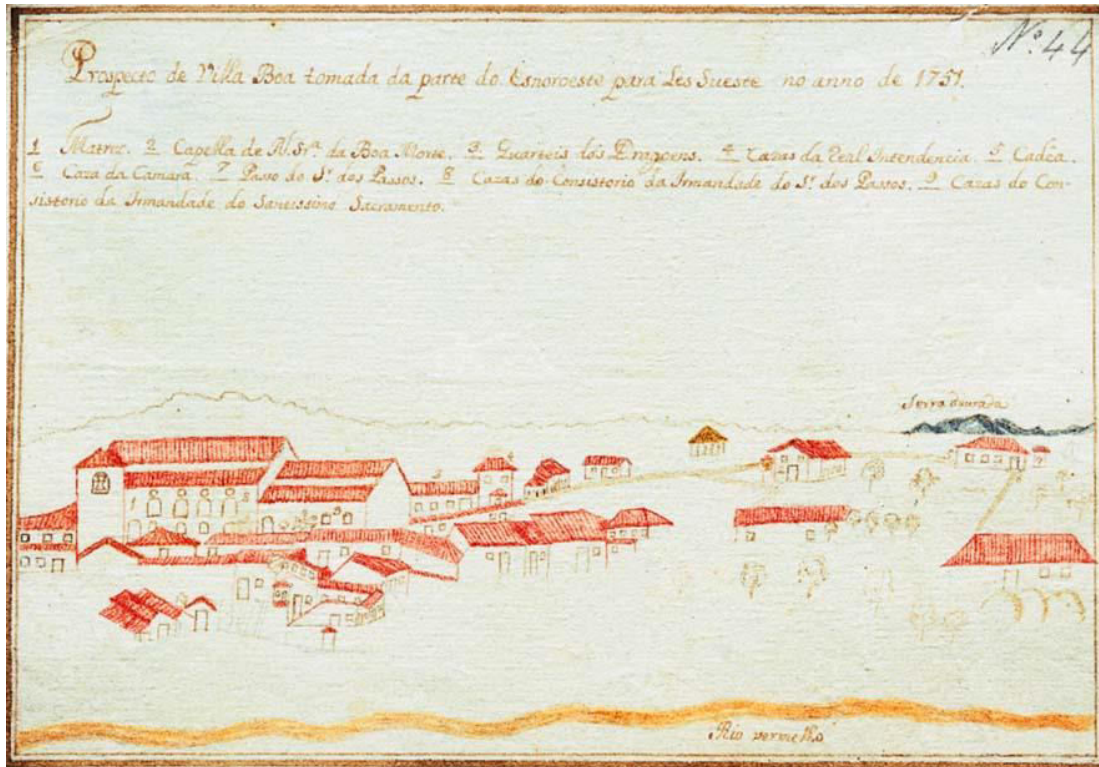


Figura 15 - Prospecto de Villa Boa tomado da parte do Esoroeste para Les Sueste no anno de 1751. Fonte: Casa da Ínsua, Portugal.

A *Planta da antiga Villa Boa dos Goyazes* (**figura 16**), confeccionada aproximadamente vinte anos depois dos prospectos²⁴, apresenta o largo da Casa de Câmara e Cadeia mais adensado, representado em planta com o seu característico formato triangular. A face do largo composta pelas fachadas do lado do Quartel estava quase toda ocupada; a face em frente, composta pelo lado da Casa Fundição estava parcialmente tomada, ao passo que o lado equivalente à Casa de Câmara e Cadeia ainda

²⁴ Embora a planta seja repetidamente identificada em teses e publicações como sendo de c. 1790, após uma breve análise é possível constatar que a mesma foi elaborada entre 1765 e 1770 e que não se trata de uma proposta de realinhamento do tecido urbano (COELHO, 2013, p. 78). Foram encontradas cópias com algumas diferenças dessa planta no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa (extinto Museu Bocage, Portugal) e na Casa da Ínsua, em Penalva do Castelo (Portugal). A planta do Museu Nacional de História Natural e da Ciência está inserida em um dos códices que incorpora as ilustrações da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, a *Viagem Filosófica*. Considerando que a expedição teve início em 1783, é natural que muitos pesquisadores atribuam a *Planta da antiga Villa Boa dos Goyazes* a esse período.

estava pouco ocupado. Assim como nos *Prospectos de 1751*, a *Planta da antiga Villa Boa dos Goyazes* apresenta a Capela da Boa Morte em sua localização original, mesma implantação onde seria construído o Chafariz da Boa Morte (também conhecido como Chafariz de Cauda) em 1778 no governo de José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho (futuro Barão de Mossâmedes).

Ainda na porção equivalente à implantação da vila, é possível identificar uma ocupação parcial da rua do Médico²⁵, onde havia sido mapeada apenas uma casa no *Prospecto* de 1751. A ocupação inicial do núcleo urbano, referente ao arraial de Santana, também estava em processo de consolidação. Percebe-se que a rua da Abadia (que não tinha esse nome uma vez que a capela foi edificada apenas em 1790) ainda comportava a Forca, que já não existia mais em 1782. O caminho que conduz à Capela de Santa Bárbara sequer existia, uma vez que a igreja foi construída em 1775.

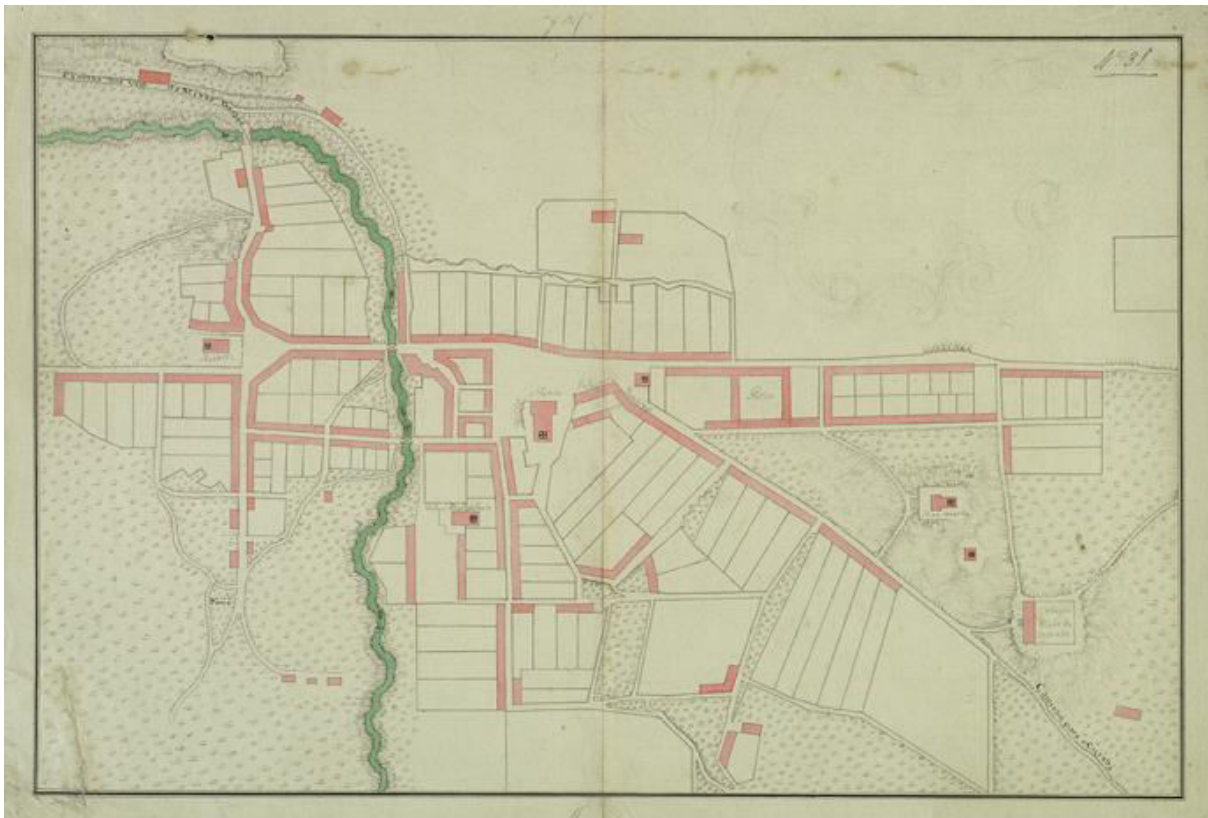


Figura 16 - Planta a antiga Villa Boa dos Goyazes, ca. 1770.

Fonte: Casa da Ínsua, Castendo, Portugal.

²⁵ Atual rua do Horto.

A planta acima se caracteriza por delimitar os terrenos urbanos, com destaque para as frentes dos lotes a limitar o espaço dos logradouros, representados com uma regularidade que não condiz com a realidade. O Rio Vermelho está identificado com a indicação do seu fluxo, cortado por três pontes. As principais edificações estão sinalizadas, em alguns casos assinalando seu uso, principalmente no caso das igrejas. Outro ponto de destaque no mapa diz respeito à indicação das estradas, acenando o caminho para Cuiabá próximo à Casa de Câmara e Cadeia e o acesso à estrada de Minas Gerais no extremo oposto, na continuação da rua da Cambaúba. Ao contrário da planta que se encontra no *Museu Nacional de História Natural e da Ciência*, o exemplar da *Casa da Ínsua* não apresenta a rosa dos ventos. Outra diferença marcante em relação aos dois mapas diz respeito à orientação solar, a versão da *Casa da Ínsua* (**figura 16**) apresenta a margem norte do Rio Vermelho no lado esquerdo do mapa enquanto a outra apresenta a margem sul nessa posição da folha.





DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Figura 17 - Planta de Villa Boa Capital da Capitania Geral de Goyas Levantada no ano de 1782.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, seção Cartográfica.

Planta de Villa Boa Capital da Capitania Geral de Goyas levantada no ano de 1782 (figura 17) não só mapeou a ocupação daquele momento como indicou os novos vetores de expansão do núcleo urbano, com ruas lineares e regulares. Numa breve análise, é possível verificar a construção de novas casas na rua da Abadia, assim como a consolidação da ocupação nas ruas atrás da Igreja Matriz. O caminho que levava à Capela de Santa Bárbara apresentava um paisagismo diferenciado, compondo uma alameda com árvores plantadas nos dois lados da rua. Na outra margem do Rio Vermelho, verifica-se que o espaço de poder estava, enfim, consolidado. A Praça do Passeyo Publico²⁶ mereceu tratamento paisagístico especial, como fileiras de árvores ladeando²⁷ o Chafariz de Cauda²⁸. As casas compunham um belo cenário juntamente com o Quartel e o monumental edifício da Casa de Câmara e Cadeia.

Não só os imóveis urbanos foram representados, como também as chácaras nos arredores da vila. Todos os logradouros foram identificados, assim como as edificações de maior relevância. A planta foi elaborada pelo soldado dragão do Regimento de Cavalaria Manoel Ribeiro Guimarães sob os auspícios do Governador e Capitão Geral da Capitania Luis da Cunha Menezes. De acordo com a inscrição na legenda, foram identificados 3000 moradores, que ocupavam 554 "moradas de cazas". Esse dado é de grande importância, uma vez que os censos da capitania cadastravam os moradores agrupados apenas nas *Freguesias* ou nos *Julgados*, ou seja, era impossível estimar o número de habitantes apenas em um arraial ou mesmo em Vila Boa.

O Governador Luis da Cunha Menezes se mostrou preocupado em estabelecer um código de posturas ditando normas referentes ao ordenamento urbano em Vila Boa. Dentre as posturas constava a indicação de como proceder com novas obras e reconstruções, com atenção especial em relação ao alinhamento das casas, que deveria *imitar* a "frontaria" das casas existentes. Terrenos devolutos fechados com muros deveriam ser ocupados, sob a pena dos proprietários perderem seus lotes, que seriam passados a quem se interessasse em construir (*apud* BERTRAN, 1997, p. 58 e 59).

Mesmo com o desaquecimento da economia da extração do ouro, percebe-se um acentuado aumento populacional em Vila Boa. Em 1782 foram contabilizadas 554 casas,

²⁶ Atual Praça Brasil Ramos Caiado, mais conhecido como Largo do Chafariz.

²⁷ Que teriam sido retiradas anos depois sob a suspeita de que estavam secando o chafariz.

²⁸ Cujo nome oficial é Chafariz da Boa Morte.

número que subiu na passagem do século uma vez que foram cadastrados 698 imóveis na Décima Urbana de 1810. O número voltou a subir no ano de transição de vila para cidade²⁹ contabilizando 725 casas segundo a Décima Urbana de 1818, finalizando o período colonial com 729 casas, de acordo com a Décima Urbana de 1822. As *Décimas Urbanas*³⁰ juntamente com interessante material iconográfico de época, revelam outras nuances do núcleo Setecentista, mas isso é assunto para um novo artigo, o da cidade no século XIX. O aspecto no início do século XIX pode se aquilatado na perspectiva a seguir (**figura 18**), dando a ver as características do núcleo urbano em seu conjunto em 1803.



Figura 18 - Prospecto de Vila Boa de Goiás, início do século XIX.

Fonte: Biblioteca Municipal Mário de Andrade – SP.

A cidade de Oeiras do Piauí no “acento de cazas” de 1762

No que diz respeito aos sertões das capitanias do Norte, nossos estudos (ARRAES, 2012, 2016(a)(b), 2017) vêm trazendo à baila outras questões de complexidade macrorregional, permitindo compreender o significado geoestratégico da elevação de certos núcleos urbanos interiorizados às categorias de julgado, vila ou cidade (tal como Oeiras do Piauí no âmbito das políticas pombalinas), compreendendo que isso se traduzia em termos materiais e percebendo o descompasso entre *status* político e dimensão do núcleo urbano (FONSECA, 2009).

A partir de meados do Setecentos, um amplo projeto de reforma sócio-espacial foi levado a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. Dentre algumas resoluções do marquês com repercussão no espaço,

²⁹ Vila Boa passou a ser conhecida por Goiás.

³⁰ Imposto predial urbano implantado na capitania de Goiás a partir de 1810. Sua aplicação se limitava aos bens de raiz localizados dentro do perímetro urbano, fazendo parte do rol de imóveis desde casas a chácaras, com exceção de imóveis cujos proprietários fossem pobres e miseráveis.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

podemos citar a definição das fronteiras dos domínios das monarquias ibéricas pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777), a conversão das aldeias missioneiras em vilas ou “lugares” por meio do Diretório dos Índios (1757), a autonomização do governo da capitania de São José do Piauí (1758) e a elevação da vila da Mocha ao *status* de cidade, agora sob o título de Oeiras do Piauí, cuja toponímia panegírica louvava as ações do poderoso ministro de D. José I. A instalação de uma cidade no Brasil colonial dizia respeito, em alguns aspectos, à importância de determinado território no jogo das geoestratégias da Coroa portuguesa e, dessa maneira, as vilas eleitas para ocupar a nova posição não eram escolhas feitas ao acaso, mas demandavam precisas políticas onde o rei e a sociedade submetida à cidade eram mutuamente beneficiadas. O propósito da fundação de Oeiras nos sertões do Piauí (ARRAES, 2017) resume-se, de modo geral, na necessidade de regularização das sesmarias, de civilização dos índios da capitania do Piauí e de controle dos domínios fundiários da Companhia de Jesus. Oeiras, assim, tornava-se uma das cabeças (capital) do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ocupando o mesmo patamar administrativo de Belém e São Luís.

No entanto, Oeiras, no período em que recebeu o título de cidade e se tornou sede de governo, embora diferisse material e demograficamente da vila da Mocha (fundada em 1712), não tinha imagem condizente ao nosso estereótipo de cidade, assim como São Paulo, por exemplo. Ambas eram modestas quando comparadas ao Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz ou Belém, mas tinham status político semelhantes. Ou seja, não era a materialidade que ensejava a condição política, tampouco os índices demográficos ou de riquezas, mas os interesses da Coroa em dar ou não autonomia e poder às elites locais.

Em 1762, Oeiras tinha 270 fogos (ou casas) erigidos no espaço intraurbano e em seus arrabaldes (AHU_Piauí, Cx. 9, D. 547), distribuídos em cinco bairros³¹ – “Praça”, “Rosário”, “Conceição”, “Caquende” e “Dezertto”. A população local somava 1.120 almas, das quais 655 eram livres e 465 cativas (AHU_Piauí, Cx. 9, D. 547). A cidade do Piauí colonial assemelhava-se, em termos demográficos e de urbanidade, a qualquer centro urbano localizado na zona açucareira das capitanias do Norte ou em áreas de mineração. Nesse aspecto, a paisagem de Oeiras (**figura 19**) foi construída por negros (escravos e forros) e brancos, dicotomia prevalecte nas sociedades do antigo sistema colonial, cujos pilares socioeconômicos se apoiaram nas bases do trabalho escravo. Os moradores

³¹ O termo foi utilizado no século XVIII, por isso não se corre o risco de cometer anacronismo. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, *bairro* seria “certa parte da Cidade com suas casas & Ruas”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & latino...* volume 2. p. 16. Disponível em <http://www.bbm.usp.br>. Acesso em 20 dez. 2016.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

reuniam-se em cinco irmandades – Santa Ana, São João Nepomuceno, Almas, Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Vitória. A capital do Piauí se expandiu forjando espaços jamais neutros, adaptando-se ao espaço herdado dos estágios anteriores (freguesia, julgado e vila).

A leitura do discurso da imagem de cidades pretéritas é um exercício complexo, muitas vezes imaginativo, deduzido por inferência na iconografia ou documentação e por experiências visuais percebidas *in loco*. A escassa série documental dificulta a escavação do “arqueólogo da paisagem”, mas certos vestígios descobertos na aridez documental põem luz no obscuro, tornando o labor deveras instigante. Este é o caso do censo de 1762, realizado na administração do primeiro governador João Pereira Caldas a mando de Francisco Xavier de Mendonça Furtado – *Acento das cazas próprias, e de aluguer q’ ocupão os moradores da Cidade de Oeyras, Capitania de São Jozé do Piauhy, suas Famillias, pessoas de hum, e outro sexo, mossos, e Escravos, seus Suburbios, e Arebaldes, cazas e rossas delles q’ o Ill.^{mo} S.^r João Pereira Caldas governador da dita Capitania mandou fazer, e averiguar por Domingos Barreyra de Macedo Capp.^{am} mor da mesma Cid.^e, e da governança della, de que foy Escrivão Luiz Ant.^o Ribr.^o da mesma governança*³². O “acento de cazas” revela relações ocultas operadas nos sertões, esclarecendo fatos ainda pouco investigados pela historiografia brasileira. Além disso, narra como as instâncias de poder local representaram a *civitas* em categorias determinadas pela política ilustrada de Sebastião José de Carvalho e Melo. Notam-se os seus desdobramentos na hierarquização dos espaços intraurbano e periurbano, na transformação social e na construção da paisagem em si. Convém lembrar que, os censos produzidos no período pombalino eram instrumentos de controle e conhecimento, que moldavam a maneira pela qual a Coroa percebia os seus domínios, em particular a natureza do ser humano por ela governada, a geografia dos espaços e a legitimidade do seu passado (ANDERSON, 2008, p. 227).

³² ACENTO das cazas próprias, e de aluguer q’ ocupão os moradores da Cidade de Oeyras, Capitania de São Jozé do Piauhy, suas Famillias, pessoas de hum, e outro sexo, mossos, e Escravos, seus Suburbios, e Arebaldes, cazas e rossas delles q’ o Ill.^{mo} S.^r João Pereira Caldas governador da dita Capitania mandou fazer, e averiguar por Domingos Barreyra de Macedo Capp.^{am} mor da mesma Cid.^e, e da governança della, de que foy Escrivão Luiz Ant.^o Ribr.^o da mesma governança. ANTT, Ministério do Reino, mc. 601, cx. 704. O original se encontra no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e foi localizado pela brasilianista Mary Karash, transcrito por Marcos Simões e publicado pela historiadora Miridan Britto Falci na revista do Instituto Histórico de Oeiras. Ver FALCI, Miridan Birtto. A cidade de Oeiras do Piauí. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*. Oeiras: Secretaria de Cultura, 2000. p. 174-206. Para fins heurísticos, será utilizado o manuscrito original.

Nos cinco bairros de Oeiras havia separação por afinidade econômica e cultural. A toponímia das ruas é bastante elucidativa sobre esse zoneamento, salientando a diversidade e hierarquias, mas também a convivência entre grupos distintos: na rua do Jorge, por exemplo, existiram casas alugadas a um advogado e a um carpinteiro, cujo “proprietário” era, como a toponímia alude, um tal Antônio Gonçalves Jorge. Na rua dos Ferreiros se concentravam os oficiais mecânicos que produziam estribos, chaves, ferraduras, ferrolhos para portas, grades para as enxovias da cadeia e correntes para os presos. Nem sempre o ambiente do núcleo urbano expressava o tom cinza das épocas de seca, ao invés, a rua Nova das Flores apresenta a animação do amarelo, vermelho, verde, branco e laranja. “Novas” também eram as ruas da Bica e da Cadeia Nova. Para Amélia Aguiar Andrade (2003, p. 85), a associação do qualitativo novo/nova a um topônimo preexistente, acrescentando-lhe a este último a palavra velho/velha, ajuda a diferenciar as áreas antigas das recentes, identificando ritmos de ocupação, metamorfose e expansão do núcleo urbano.





DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Figura 19 - *Oeyras do Piauí*. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Iconografia, cota: D. 118.

Existiram lugares da proibição, da morte e de relações pouco honestas, como sugere a rua dos Pecados Mortais, onde duas taberneiras vendiam vinho ou água ardente que, talvez, provocassem desejos luxuriantes aos frequentadores da taberna (ou taverna); havia o lugar do "Enforcado", "por ali se ter enforcado algumas vezes alguns delinquentes" (MOTT, 2006, p. 64), e a rua das Pataratas onde, quem sabe, mentiras e pessoas de pouca credulidade conferiram esse atributo pejorativo ao lugar.

A toponímia marca os principais eixos de ligação entre os bairros e os arrabaldes, distinguindo os espaços públicos da vila daqueles que eram característicos do mundo rural. A rua Direita cruzava a praça da igreja matriz, sendo o eixo de contato mais direto entre o mundo rural e urbano, mostrando-se por vezes curva e de largura variável ao longo do trajeto. Sua função dizia respeito ao vínculo de um ponto importante a outro, quase sempre de um pátio a outro ou uma edificação religiosa ou pública a outra (MARX, 1980, p. 45). Por outro lado, o morador que quisesse ir do bairro do Rosário à praça percorreria a rua da Ponte, em alusão à pequena ponte de madeira construída sobre o riacho Pouca Vergonha (**figura 20**). Vê-se que a igreja do Rosário se situava além riacho, longe do ponto central da cidade. Já a rua do Paço era percorrida na Semana Santa por fiéis em procissão a relembrar os dolorosos "passos" de Cristo antes de sua crucificação.

Os símbolos da autonomia concelhia aparecem descritos no censo. A igreja matriz (**figura 21**) "tem seu acento no meyo da praça principal da mesma Cidade de ordinaria grandeza, com duas capelas; dous altares, além do mor, e duas sacristias" (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704). O pelourinho foi realocado, "por ser antes sentado em lugar menos próprio" (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704), ficando desde então na praça principal no ponto médio entre a Matriz e a Câmara. A vida urbana se adensava no circuito da praça e em suas proximidades. Ali, havia 33 fogos onde viviam 114 pessoas, em especial membros da elite local e os oficiais da Coroa. A praça foi o espaço das casas do governador João Pereira Caldas, do ouvidor Luís José Duarte Freire, de dois tabeliães, de um intendente, do sargento-mor, do vigário colado (Dionísio José de Aguiar), do capitão-mor e do rico homem de negócios Francisco Barreira de Macedo, irmão do capitão-mor Domingos Barreira de Macedo. Além desses habitantes, a outra parte da população residente da praça era diversificada, composta por 68 homens (23 escravos e 45 livres) e 44 mulheres (26 escravas, 15 livres e 3 índias

agregadas) (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704). A irmandade do Santíssimo Sacramento possuía uma casa na rua Nova da Bica, enquanto que as demais detinham as principais construções da praça. Alugavam-nas ao governador, desembargador e vigário. O palácio do governo, alugado a 84\$000 réis (AHU_Piauí, Cx. 8, D. 504), pertencia à confraria de Santa Ana, criada, em 1741, pelo ouvidor Custódio Correia de Matos com a finalidade de tutelar e proteger as justiças da comarca, mas sobretudo para administrar as finanças da provedoria (AHU_Piauí, Cx. 3, D. 172). O desembargador Francisco Marcelino de Gouveia alugou uma casa da irmandade de São João Nepomuceno; enquanto que o pároco residiu num fogo da irmandade de Nossa Senhora da Vitória, instituída no ano da fundação da freguesia (1697) (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704).



Figura 20 – Ponte sobre o riacho Pouca Vergonha. Imagem retirada do mapa “Oeyras do Piauí”. Original da Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: D. 118 R, coleção Iconografia.





DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Figura 21 – Igreja de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras do Piauí. Foto de Esdras Arraes.

Além dos representantes da Coroa que habitavam o núcleo central da povoação, também oficiais mecânicos e outros agentes sociais (como cirurgião, homens de negócios, taberneiras e advogados) habitavam nas ruas adjacentes à praça. Dentre eles, cabe destacar a figura do homem de negócios Francisco Barreira de Macedo, o único ator a receber essa qualificação no censo. A categoria “homem de negócio” denotava, de acordo com de Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010, p. 85), relação com o comércio “em grosso” ou de “grosso trato”, envolvendo a transação de “fazendas secas e molhadas” importados e/ou exportáveis para outras capitânicas ou para o Reino. Barreira ainda se engajou nas transformações da paisagem de Oeiras. Em 22 de setembro de 1761, ofertou 3 mil cruzados e dois escravos para a construção do convento dos franciscanos na cidade, projeto que acabou por não se concluir (AHU_Piauí, Cx. 8, D. 492). A presença desses agentes no espaço urbano é indício de uma população permanente, cujas economias derivavam do próprio núcleo urbano e do seu periurbano, enriquecendo a dinâmica socioeconômica do aglomerado. Esses agentes no espaço seriam, como refletiu Nestor Goulart Reis Filho (2000, p. 49), evidências de uma urbanidade em ascensão.

Por seu turno, no bairro do Rosário nota-se a mescla de perfis sociais e profissionais num mesmo logradouro, típica das cidades coloniais mais heterogêneas. Além dos fogos erigidos próximos ao largo da igreja de Nossa Senhora do Rosário (antes hospício e colégio dos jesuítas), existiram edificadas nas ruas da Cadeia Velha e da Cadeia Nova, totalizando 36 casas, das quais 10 eram alugadas (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704). Numa delas, vivia o carpinteiro Fellix Pereyra da Sylva, cuja moradia pertencia ao patrimônio da cadeia, o que sugere que o ato de alugar era um negócio valorizado por distintas esferas da sociedade de Oeiras. Ainda ali, aproximadamente 53 pessoas habitavam em 13 moradias, sendo 25 homens (13 livres, 8 escravos e 4 forros) e 28 mulheres (11 livres, 13 escravas e 4 forras). Dois, dos treze homens livres, eram carpinteiros. A mulher forra, Quitéria de Souza, vivia (com sua família e mais 4 escravos seus) como inquilina de Manuel Souza Pacheco (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704).

Seis casas próprias e quatro alugadas configuraram a rua da Cadeia Velha. A população desde logradouro envolvia 41 moradores, dos quais 18 homens (13 livres, 3 escravos, 1 forro e 1 índio) e 23 mulheres (11 livres, 6 escravas, 3 forras, 2 índias e 1



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

índia forra) (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704). Presume-se que a atribuição “índia forra” decorria das leis indigenistas implantadas por D. José que garantiam a liberdade incondicional aos índios e a conversão de “gentios” em vassallos de Sua Majestade. É provável que ela tenha obtido sua liberdade após a emissão das leis de 6 e 7 de junho de 1755 ou devido ao Diretório dos Índios (1757). Treze moradias (4 alugadas) distribuíam-se ao longo da rua da Cadeia Nova. Seus vizinhos somavam 38 pessoas: 23 homens (14 livres, 8 escravos 1 forro) e 15 mulheres (12 livres, 2 escravas e 1 forra) (Acento das cazas, ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, n. 704).

A análise dos índices apresentados traz à tona certos comportamentos sociais e urbanos de Oeiras do Piauí na segunda metade do século XVIII. Percebe-se que o número de casas alugadas diminuía à medida que os fogos se afastavam da praça. Com efeito, houve homens que lucraram com a prática do aluguel. Os imóveis urbanos eram passíveis de compra, venda e aluguel, implicando em lucro para os que neles investissem e, ao que tudo indica, a localização privilegiada da praça justificava o investimento (BUENO, 2010, p. 146). Certamente, nos arredores as casas eram mais modestas em termos estruturais e ornamentais.

Há outras questões sobre o censo a serem consideradas. Acredita-se que a paisagem de Oeiras apresentou um *dégradé* social que não condiz com a interpretação simplista de uma sociedade formada somente por senhores *versus* escravos ou dominantes *versus* dominados. Claro que essas relações existiram, mas não foram as únicas, pois o “acento das cazas” figura uma tessitura plural e complexa: forros poderiam alugar casas e ter seus escravos, brancos pobres viviam de aluguel sem possuir escravos, as irmandades detinham as melhores construções posicionadas na principal área da cidade, índios possuíam fogos e outros conviveram na sociedade como agregados e, por fim, casas térreas estavam alugadas para brancos, escravos e forros.

Outro dado que sobressai diz respeito à diminuta presença indígena no espaço urbano. Parece que a cidade pouco atraiu os nativos que permaneceram nos sítios e fazendas como agregados ou reunidos nos três “lugares” da capitania destinados à sua civilização - Nossa Senhora das Mercês de Jaicós, São João de Sende e São Gonçalo do Amarante.

Acima de tudo, o “acento das cazas” torna visível o papel de Oeiras na rede urbana das capitanias do Norte e no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Seu reforço retórico na urbanização dos sertões significou que essas áreas não eram periféricas, mas parte ativa das políticas da Coroa. Oeiras era a *civitas* por excelência que se expandia para fora dos



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

seus limites territoriais reunindo uma população heterogênea em termos étnicos sob as leis emitidas do Reino. O censo possibilitou a construção das paisagens social e material da cidade num período de amplas transformações políticas e espaciais levadas a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo. Ficou claro que a capital do Piauí não vegetava, como especulou Caio Prado Jr. (2011, p. 48); pelo contrário, as muitas casas alugadas, o comércio local, a presença das irmandades religiosas e o núcleo urbano zoneado em cinco bairros exprimem vivos processos sociais que reverberaram em diferentes escalas geográficas, do intraurbano às conexões em macro-escala.

Referências

Fontes primárias

ACENTO das cazas próprias, e de aluguer q' ocupão os moradores da Cidade de Oeyras, Capitania de São Jozé do Piauhy, suas Famillias, pessoas de hum, e outro sexo, mossos, e Escravos, seus Suburbios, e Arebaldes, cazas e rossas delles q' o Ill.^{mo} S.^r João Pereira Caldas governador da dita Capitania mandou fazer, e averiguar por Domingos Barreyra de Macedo Capp.^{am} mor da mesma Cid.^e, e da governança della, de que foy Escrivão Luiz Ant.^o Ribr.^o da mesma governança. ANTT, Ministério do Reino, mç. 601, cx. 704.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & latino: aulico, anaomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

CARTA do desembargador e provedor da Fazenda Real do Piauí, Luís José Duarte Freire, ao rei D. José, sobre as plantas executadas pelo engenheiro Henrique Antonio Galuzzi, para a futura casa do governador do Piauí; não possuindo, no entanto, a Provedoria o dinheiro suficiente para a sua construção. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 8, D. 504.

CARTA do ouvidor-geral do Piauí, Custódio Correia de Matos, ao rei, D. João V, sobre a má administração da ouvidoria, e a situação em que se encontra o julgado de Parnaguá. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 3, D. 172.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

Décimas Urbanas de São Paulo, 1809 e 1829. Arquivo Público do Estado de São Paulo - AESP.

Décimas Urbanas de Santos 1834-1835, 1835-1836, 1836-1837 e 1837-1838. Arquivo Público do Estado de São Paulo - AESP.

Décimas Urbanas de Cunha 1809, 1811, 1814, 1815, 1816 e 1817. Museu Municipal Francisco Veloso – Cunha – SP.

Décimas Urbanas de Vila Boa 1810, 1818 e 1822. Arquivo Muban – Fundo Brasil Colônia – 1. Contadoria. 1.1. Impostos. 1.1.4. Décima. Caixas 22 e 23 – Goiás – GO.

Maços de População. Vila de Cunha, 1789, 1791, 1799, 1801, 1809. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP).

Maços de População. Vila de Guaratinguetá. 1776, 1778. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP).

OFÍCIO do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a fundação das novas povoações na capitania; remetendo a respectiva lista dos seus moradores e dando conta da entrega de sesmarias aos habitantes destes novos locais. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 9, D. 547.

OFÍCIO do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a representação dos oficiais da Câmara e moradores da vila da Mocha, solicitando o estabelecimento de um hospício de religiosos capuchos na capitania. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 8, D. 492.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

PROVISÃO (cópia) do rei D. João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, conde de Sarzedas, ordenando-lhe que passe às Minas de Goiás e nelas determine o lugar mais adequado para a criação de uma vila – 11 de fevereiro de 1736. Arquivo Histórico Ultramarino Administração Central Conselho Ultramarino Goiás, Cx. 1, D. 26.

Bibliografia

ABREU, Maurício de A. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. 2v.

ANDRADE, Margarida J. F. de S. *Fortaleza em Perspectiva Histórica: Poder Público e Iniciativa Privada na Apropriação e Produção Material da Cidade (1810-1933)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU-USP, 2012.

ARAÚJO, Maria L. V. *Os Caminhos da Riqueza dos Paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. Tese de Doutorado. São Paulo, DH-FFLCH-USP, 2003.

ARAÚJO, Maria L. V. *Os Caminhos da Riqueza dos Paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Trato dos Viventes: A Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Amélia Aguiar. *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizontes, 2003.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 257-298, jan.-abr., 2016(a). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0110>

ARRAES, Esdras. Imaginando a paisagem urbana de Oeiras do Piauí (1697-1762). *GEOGRAFIA*, Rio Claro, v. 41, n. 2, p. 351-371, mai./ago., 2016 (b).

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos "certoens" do Norte, c. 1666-1820*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: revista de história*, v. 14, n. 1, Juiz de Fora, jan.– jun, 2008, p.128.

BERTRAN, Paulo. *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia, Ed. UCG-UFG e SOLO Editores, 1997.

BOAVENTURA, Deusa M. R. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

BORSOI, Diogo Fonseca. *Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817)*. Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

BRAGHITTONI, Nelson. *Diálogo Rua/Cidade: o Caso da Rua Direita em São Paulo (1765-1977)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU- USP, 2015.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O Velho Tecido Urbano de São Paulo: Proprietários e 'Mercado Imobiliário' Rentista em 1809. *Varia Historia*, Belo Horizonte, Fafich-UFMG, 32, pp. 123-143, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. "Tecido Urbano e Mercado Imobiliário em São Paulo: Metodologia de Estudo com Base na Décima Urbana de 1809". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 13 (n.1): 59-97, jan.-jun. 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio de (org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva Histórica*. São Paulo 1809-1950. 2ª. ed. São Paulo, EDUSP, 2016.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A Vida e a Construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

COELHO, Gustavo Neiva. *O Espaço Urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

COELHO, Gustavo Neiva. *Iconografia Vila-Boense*. Goiânia: Editora UFG, 2013.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: Convênio Sudeco/Governo de Goiás, 1979.

FALCI, Miridan Birtto. A cidade de Oeiras do Piauí. *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*. Oeiras: Secretaria de Cultura, 2000.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico William John Burchell 1825-1829*. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

FONSECA, Cláudia Damasceno. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais. In CNCDP. *Actas do Colóquio Internacional A Cidade como Civilização: Universo Urbanístico Português – 1415 – 1822*. Lisboa: CNCDP, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Comment mesurer les écarts entre les degrés d'urbanité et les titres urbains? Les cas des villes coloniales portugaises du Minas Gerais (Brésil, XVIIIe-début du XIX siècle). *Histoire & Mesure*, v. 24, n. 2, p. 109-146, 2009.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. In *Anais do Museu Paulista*. [online]. 2012, vol.20, n.1. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a04.pdf>

FRAGOSO, João; Florentino, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

FRAGOSO, João L. *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.^[1]_[SEP]

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar/Garamond, 1999.^[1]_[SEP]

GARRIDO, Felipe de Moura. *Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo (1788-1808)*. Dissertação de Mestrado. UNESP, Franca, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 26ª Edição

LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

KATO, Allan T. *Retrato Urbano: Estudo da Distribuição Socioespacial dos Moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no Início do Século XIX*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Departamento de História, UFPR, 2011.

KATO, Allan T. *Elites, Negócios e Imóveis no plural. São Paulo nas Décimas Urbanas e Listas Nominativas (1795-1829)*. Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 2017.

MARINS, Paulo C. G. Sociabilidades Paulistanas. In: *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil Sécs. XVII-XX*. Tese de Doutorado. São Paulo, DH-FFLCH-USP, 1999, pp. 150-260.

MARINS, Paulo C. G. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, 2001.





DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *As cidades no tempo*. Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005, v. p. 229-246.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MOTT, Luiz. Transgressão na calada da noite: um sabá de feiticeiras e demônios no Piauí colonial. *Texto de História*, Brasília, v. 14, n. 1-2, p. 64, 2006.

OLIVEIRA, Maria L. F. de. *Relações Sociais e Experiência da Urbanização*. São Paulo, 1870-1900. Tese de Doutorado. São Paulo, DH-FFLCH-USP, 2003. 

OLIVEIRA, Maria Luiza F. de. *Entre a Casa e o Armazém: Relações Sociais e Experiência da Urbanização*. São Paulo, 1850-1900. São Paulo, Alameda, 2005. 

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 48 ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500 – 1720*. São Paulo, Pioneira, 1968. 2ª. ed. PINI, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vila e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.



DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651827

A Cidade da Light, 1899-1930. São Paulo, Superintendência de Comunicação/ Departamento de Patrimônio Histórico/ Eletropaulo, 1990. 2 vols.

SOARES, Antonio B. *A Tribuna.* Santos, 1939. 

VASCONCELOS, Pedro. Complexidade racial: mitos e realidades em duas freguesias de Salvador em 1775. In: FRIDMAN, Fania & ABREU, Maurício de (orgs.). *Cidades Latino-americanas: Um Debate sobre a Formação de Núcleos Urbanos.* Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2010, pp. 103-117.